



Boletim do
**Comitê de Enlace pela
Reconstrução da
IV Internacional**

Publicação do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional
Versão em Português - setembro-outubro de 2018 - R\$ 4,00

**Realizado
o IV Congresso
do Comitê de Enlace
pela Reconstrução
da IV Internacional**

**Pela Reconstrução
do Partido Mundial
da Revolução Socialista**

**Resolução sobre
situação mundial**

Página 5 ■

**Resolução sobre
America Latina**

Páginas 14 ■

**Informes das seções brasileira,
argentina e boliviana**

Páginas 19 a 24 ■

Apresentação

Este Boletim é dedicado à publicação das resoluções aprovadas no IV Congresso do CERQUI, que se realizou nos dias 8 e 9 de setembro, em Santa Cruz de La Sierra, Bolívia. Os informes políticos das seções foram condensados, de forma a expressar a essência da linha política. Não estão publicados os informes de atividades das seções, que servem mais à orientação interna. O informe de atividade do CERQUI e as tarefas, que constam de dois documentos aqui publicados, têm especial importância para as seções. Dizem respeito ao desenvolvimento do trabalho internacional e da necessidade imperiosa de funcionar sua direção.

Nesse ponto, os delegados do Congresso desenvolveram a discussão em torno da crise de direção revolucionária – nos termos expressos por Trotsky, no Programa de Transição da IV Internacional. Avaliaram os avanços e as debilidades das seções, a nova situação de decomposição do capitalismo, o estágio da restauração capitalista na ex-União Soviética, China, etc., o brutal retrocesso organizativo do proletariado, com a liquidação da III Internacional por Stalin, o quadro particular da luta de classes na América Latina, o lugar do POR boliviano na luta pelo internacionalismo, a etapa de construção do POR no Brasil, Argentina e Chile, o afastamento cada vez maior do centrismo revisionista dos fundamentos da IV Internacional, e a necessidade de constituir uma direção, ainda que embrionária, do CERQUI.

Um aspecto para o qual a discussão crítica convergiu foi o da necessidade de combater o internacionalismo formal. Nas mais difíceis circunstâncias, é preciso impulsionar o funcionamento orgânico do CERQUI. A direção eleita deve responder ao seu Congresso e à sua Conferência, ser avaliada, confirmada ou modificada, se necessário. As reuniões periódicas, as resoluções e a publicação regular do Boletim do CERQUI servirão de base material para as seções reconhecerem o trabalho internacional e nele interferirem. Guiamo-nos pelo reconhecimento de que formamos um só partido, na forma de seções, regido pelo centralismo democrático. Também seu caráter embrionário exigirá esforço conjunto e perseverante em resolver as debilidades, fortalecendo a linha internacionalista e o trabalho de ampliação de seus quadros.

Não temos dúvida de que pagamos caro pela crise de direção mundial do proletariado, pelo profundo retrocesso provocado pela restauração capitalista e, conseqüentemente, pela interrupção momentânea da transição do capitalismo ao socialismo, aberta pela revolução proletária de Outubro de 1917, na Rússia. A consciência de que temos de avançar na construção de uma direção orgânica do CERQUI confere uma particular importância ao IV Congresso. Já percorremos um caminho suficiente de elaboração de teses programáticas, desde a formação do CERQUI, para termos um trabalho internacional mais sistemático e disciplinado.

Não por acaso, as resoluções sobre a situação mundial e a América Latina expuseram avançada compreensão comum. As discussões e votação sobre a caracterização de governos

na América Latina evidenciaram a necessidade de realizar um estudo mais acabado. O fundamental foi que despertou o entendimento para tal questão, que implica a tática a ser aplicada em cada situação concreta. A caracterização que a seção brasileira fez sobre o golpe de Estado e a ditadura civil instalada serviu para alertar sobre a importância da caracterização de governo. A noção histórica de bonapartismo e sua aplicabilidade se destacaram como um aspecto da resolução sobre a América Latina. Em especial, nesse sentido, mereceu análise a caracterização do governo Evo na Bolívia, se seria ou não uma espécie de ditadura bonapartista. A caracterização de ditadura civil no Brasil não trouxe consideração divergente. Na Argentina, a seção está diante da tarefa de precisar a caracterização do governo Macri.

Nota-se a relação entre a resolução sobre a América Latina e o informe político das seções. Exatamente essa é a função do Congresso – estabelecer a linha geral por meio das resoluções (guias para a ação). É por esse caminho que, passo a passo, superaremos o formalismo e tornaremos o CERQUI um instrumento ativo para a luta internacionalista. Deparamo-nos com o formalismo das correntes centristas, que se reivindicam da IV Internacional, e com o divisionismo derivado do revisionismo. O internacionalismo é um fundamento histórico e um princípio intrínseco à política revolucionária do proletariado. É na prática que os partidos que se reivindicam do marxismo-leninismo-trotskismo o afirmam ou o negam.

A luta para reconstruir o Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional, não é para ser travada em um futuro indefinido. Está colocada agora, nas condições em que herdamos o brutal retrocesso organizativo imposto pelos vários revisionismos. A compreensão de que a recuperação do terreno perdido implica a formação dos partidos-programas no seio do proletariado e novas revoluções proletárias evita a idealização. Essa consciência esteve presente nas discussões sobre os próximos passos do trabalho internacional do CERQUI.

A resolução internacional sustenta que a crise mundial, aberta em 2008, não foi solucionada, o que significaria uma retomada geral do crescimento econômico. O reanimamento verificado no último período, em especial nos Estados Unidos, foi um respiro depois da grande recessão. Deu lugar à guerra comercial, que ameaçasse transformar em conflitos bélicos. O IV Congresso orienta as seções a prepararem-se para novos grandes choques internacionais, fortalecendo seu trabalho no seio das massas com a estratégia da revolução proletária e impulsionando o internacionalismo.

O Manifesto dedicado aos 80 Anos da IV Internacional, também aqui publicado, reflete essa orientação. Esperamos que a fração da vanguarda que ainda se reivindica do marxismo-leninismo-trotskismo discuta as posições do IV Congresso do CERQUI e se coloque sob a bandeira de Pôr em pé o Partido Mundial da Revolução Socialista.

Pela direção eleita, Atilio de Castro

Manifesto do IV Congresso do Comitê de Enlace

Viva os 80 anos da IV Internacional!

O IV Congresso do Comitê de Enlace se realiza sob a bandeira do Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional. Está sob a política do internacionalismo proletário, marxista-leninista-trotskyista.

A IV Internacional pulsa no Programa de Transição, aprovado em 3 de setembro de 1938, que alicerçou sua fundação. Expressou a luta da vanguarda, tendo à frente Leon Trotsky, pela superação da crise mundial de direção, provocada pela estalinização do Partido Comunista Russo e da III Internacional.

Sob o comando de Josef Stalin, os seus agentes elegeram a Oposição de Esquerda Internacional como o principal inimigo a ser destruído, inclusive fisicamente. De 1924 a 1940, data do assassinato de Trotsky, as forças da reação estalinista travaram uma perseguição sem trégua ao que Stalin e seus asseclas denominaram de trotskismo.

A guerra contra a Oposição de Esquerda Russa, inicialmente, e contra a Oposição de Esquerda Internacional, depois, fez parte do processo de burocratização do Partido Comunista Russo e degeneração da ditadura do proletariado, portanto, do Estado Operário em ditadura burocrática restauracionista. Foram 16 anos de perseguição e caçada implacáveis aos trotskistas. A camarilha burocrática-ditatorial, que assaltou o partido da revolução de Outubro de 1917, edificado por Lênin, e que tomou conta da direção do Estado Operário, erguido sobre os ombros das massas oprimidas, usou de todos os recursos possíveis para montar a caricatura de que o trotskismo era um adversário do leninismo.

Os partidos comunistas no mundo inteiro – principalmente no México, onde Trotsky teve o seu último exílio – foram instruídos a espalhar a infâmia de que o trotskismo era um agente do imperialismo, logo, um perigoso inimigo da União Soviética. Acobertados por essa calúnia, a polícia política da burocracia soviética e os sicários de Stalin planejaram, inclusive, a eliminação física de militantes que lutavam sob a bandeira da Oposição de Esquerda e da IV Internacional.

A burguesia imperialista não poderia fazer um trabalho melhor que o dos estalinistas contra o nascimento da IV Internacional. A burocracia revisionista e contrarrevolucionária pôde, livremente, utilizar o leninismo e as conquistas da revolução proletária para isolar a Oposição de Esquerda Russa e a Oposição de Esquerda Internacional e atacá-las com uma das armas mais eficazes, que é a da falsificação histórica, mentiras e difamações. A burguesia, inimiga jurada da Revolução Russa e do Estado Operário, não podia manejar essa arma com tanta facilidade diante do proletariado mundial e, em particular, do russo.

As leis da história e a marcha dos acontecimentos se encarregaram de comprovar o acerto do combate do leninismo-

trotskismo ao estalinismo e à degeneração do Estado Operário. Três anos depois do assassinato de Trotsky, Stalin ordenou a dissolução da III Internacional, sob a alegação de que se tratava de uma organização ultrapassada e desnecessária. Não se deu ao trabalho de convocar um congresso burocrático para criar uma aparência democrática à destruição do Partido Mundial da Revolução Socialista.

Os verdadeiros agentes do imperialismo – assim ficou comprovado – eram os estalinistas, que renegaram a luta pela revolução mundial, abriram caminho às forças burguesas restauracionistas e liquidaram a III Internacional. Os trotskistas deram continuidade ao programa dos Primeiros Quatro Congressos da III Internacional, se colocaram pela defesa do Estado Operário e das conquistas da revolução, pelo combate ao nazifascismo, pela política proletária leninista diante da Segunda Guerra e pela luta de classes mundial, para romper o cerco imperialista à União Soviética. A IV Internacional e o Programa de Transição sintetizam esse percurso de confronto entre estalinismo e trotskismo, entre liquidacionismo pró-capitalista e revolucionarismo proletário, entre socialismo nacional e internacionalismo comunista.

Hoje, passados 80 anos, está ainda mais evidente que a fundação da IV Internacional foi um imperativo e não um plano pré-concebido. De 1924 a 1933, a Oposição de Esquerda se constituiu como fração da III Internacional, lutando por uma política e estratégia opostas

às da burocracia estalinista. Nos primeiros cinco anos após a morte de Lênin, Trotsky respondeu aos sintomas iniciais da burocratização, da deformação da democracia partidária, da elevação do aparato do Estado por cima da classe operária, da política econômica que favorecia as forças sociais restauracionistas e que comprometia a planificação do Estado operário voltada a potenciar as forças produtivas, sob as novas relações de produção estabelecidas pela revolução proletária. A resposta da camarilha foi seu afastamento do comando do Exército Vermelho, destituição do Comitê Central, confinamento e, finalmente, expulsão da União Soviética.

De 1929 a 1933, no exílio, Trotsky dedicou-se a transformar a fração leninista-trotskyista russa em fração internacional, voltada a derrotar a fração burocrática de Stalin e recuperar a III Internacional. A retomada da crise mundial, a partir de 1929, que esteve na base da Primeira Guerra, acelerou o revisionismo estalinista, empurrou a política exterior empírica da burocracia a se sujeitar aos choques interimperialistas, ora se aproximando da Alemanha fascista, ora da coligação Inglaterra, França e Estados Unidos. A traição do estalinismo ao internacionalismo marxista-leninista se estampou diante do prole-

“ *A IV Internacional e o Programa de Transição sintetizam esse percurso de confronto entre estalinismo e trotskismo, entre liquidacionismo pró-capitalista e revolucionarismo proletário, entre socialismo nacional e internacionalismo comunista.* ”

tariado mundial. Já não era possível à Oposição de Esquerda se manter como fração da III Internacional. Trotsky dirigiu seus partidários a reconhecerem a traição estalinista e a compreenderem a necessidade da IV Internacional. Combateu os vacilantes da Oposição de Esquerda, mostrando que a renúncia à constituição da nova internacional resultaria em capitulação, o que contribuiria brutalmente para impulsionar os retrocessos do movimento revolucionário e aprofundar o precipício da crise de direção mundial.

O ano de 1933 correspondeu ao de 1916, quando Lênin defendeu a ruptura dos bolcheviques com a II Internacional socialdemocrata, já comprometida, até a medula, com a política de guerra do imperialismo. Certamente, guardando as devidas diferenças, setembro de 1938, por sua vez, correspondeu a março de 1919, ano de fundação da III Internacional. As condições de nascimento da IV Internacional eram infinitamente mais difíceis. A crise mundial de direção estava adiantada, frente à ascensão do fascismo e aos preparativos da segunda guerra. A oposição de esquerda russa havia sido derrotada e Trotsky confinado no exílio. A fração hegemônica de Stalin estava com as mãos livres para manejar o Estado Operário e a autoridade da revolução russa, bem como o próprio leninismo, em direção à política do “socialismo em um só país” e da “coexistência pacífica” com o imperialismo. Na Espanha, a III Internacional estalinizada auxiliou a contrarrevolução. Na Alemanha, orientou a Partido Comunista a tomar um caminho que levou ao enfraquecimento do movimento operário e à derrota. Na França, serviu, com a frente popular, de base de apoio ao governo burguês e, portanto, de desvio da revolução. Em toda a parte, o estalinismo expôs a sua política antileninista de apoio a esta ou àquela fração da burguesia. Comprometeu, irremediavelmente, a independência dos partidos comunistas e degenerou a III Internacional, tornando-a um apêndice da burocracia soviética termidoriana.

É fundamental reconhecer que a liquidação da III Internacional – primeiro pela revisão do seu programa, depois pela sua destruição física – resultou na liquidação do primeiro Partido Mundial da Revolução Socialista. A I Internacional, criada por Marx e Engels, foi sua semente. A II Internacional deu um passo à frente, até sua virada ao chauvinismo. Mas, somente a III Internacional dos Primeiros Quatro Congressos se ergueu sobre a base do programa comunista e do funcionamento centralista-democrático. Em todo o mundo, proliferaram suas seções. A IV Internacional se organizou seguindo as experiências da luta marxista pela edificação do Partido Mundial da Revolução Socialista. A revolução russa foi primeira revolução proletária vitoriosa. A III Internacional, em correspondência, se constituiu no primeiro partido mundial comunista. A crise de direção mundial é consequência do avanço do processo de restauração capitalista, da destruição da III Internacional e, mais recentemente, do desabamento da União Soviética.

A interrupção na construção da IV Internacional, golpeada prematuramente pelo revisionismo, após a morte de Trotsky, se coloca, em nossos dias, como o principal obstáculo à luta revolucionária do proletariado mundial, que se expressa na ausência dos partidos marxista-leninista-trotskistas na esmagadora maioria dos países e, em particular, na América Latina. A derrocada do estalinismo é de ordem histórica. Sua completa

decomposição se deu sobre a base do processo de restauração capitalista, que levou ao desmoronamento da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. A direção da IV Internacional, que herdou a tarefa de impulsionar o internacionalismo, porém, não esteve à altura de orientar as seções a se constituírem como partido-programa e a penetrarem no seio do proletariado. Não foi capaz de manter firme a luta contra o estalinismo, que saiu fortalecido no pós-guerra, e de desenvolver a crítica marxista à linha da “coexistência pacífica” com o imperialismo, do colaboracionismo frente-populista, da aplicação da tese do “socialismo em um só país” e do recrudescimento da ditadura burocrática. Não foi capaz de compreender o alcance da nova hegemonia do imperialismo assumida pelos Estados Unidos e da incapacidade da burocracia termidoriana de responder à “guerra fria” com o programa e os métodos da luta de classes mundial.

Um dos sintomas mais graves da degeneração centrista desses herdeiros, na América Latina, foi terem se adaptado ao castro-guevarismo. O revisionismo se caracterizou pela capitulação da fração majoritária da IV Internacional ao estalinismo e às suas variantes esquerdistas, chegando ao ponto de abandonar o marxismo-leninismo para apoiar as aventuras do foquismo. E contou, para isso, com a ausência de uma fração minoritária marxista-leninista-trotskista. A debilidade da minoria se revelou em sua política de reconciliação com os revisionistas.

A desagregação da IV Internacional ocorreu sem que a direção centrista pudesse realizar uma traição histórica, como a da socialdemocracia e do estalinismo. Não por acaso, não tem o menor sentido os rumores oportunistas de unir a esquerda em torno de uma V Internacional. Um dos erros dos revisionistas mais graves se deveu à tentativa de levar o POR da Bolívia a colaborar com o governo nacionalista, surgido na revolução de 1952. O que provocou duas graves cisões no POR. A clareza programática e a firmeza política da fração revolucionária, encarnadas por Guillermo Lora, bem como a penetração da linha do Programa de Transição no seio do proletariado mineiro, que se materializou nas Teses de Pulacayo e, posteriormente, na Assembleia Popular, permitiram ao trotskismo na Bolívia conservar os fundamentos originais da IV Internacional.

A resistência do POR, ainda que em grande medida isolada, permitiu a constituição do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional. Sua orientação, desde o início, foi a de pôr em pé o Partido Mundial da Revolução Socialista. Trata-se de uma tarefa gigantesca diante da incalculável regressão do movimento mundial do proletariado. Inevitavelmente, a vanguarda revolucionária terá de convergir no combate ao capitalismo putrefato e colocar-se pela reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista. Estamos em um dos períodos de mais profunda crise geral do capitalismo no pós-guerra. Salta à tona a caracterização dos Primeiros Quatro Congressos da III Internacional e do Programa de Transição de que o capitalismo da época imperialista é de guerras, revoluções e contrarrevoluções. É sobre esse fundamento que o proletariado reerguerá seus partidos em toda a parte e porá de pé o Partido Mundial da Revolução Socialista.

***Viva os 80 anos da IV Internacional!
Viva o IV Congresso do Comitê de Enlace!***

Tese sobre a situação mundial

1. O capitalismo da época imperialista é a última fase de seu desenvolvimento. Caracteriza-se pelo estancamento das forças produtivas e pela decomposição econômico-social. Suas crises periódicas se tornaram cada vez mais abrangentes e profundas. As crises em um país e em uma região abrem caminho para a crise mundial. A sua eclosão em uma das potências repercute imediatamente em toda a parte. O fato de as potências influenciarem as relações internacionais em distintos graus dá a dimensão do alcance da crise. Desde os anos 1970, o capitalismo do pós-guerra vem contorcendo-se de crise em crise. A solução e superação provisórias não fazem senão acumular as contradições e potencializar as condições para uma crise mais abrangente. Não há como a burguesia imperialista romper a camisa de força da estagnação das forças produtivas e reverter as tendências que levam à sua destruição massiva. A crise que se iniciou em 2008, nos Estados Unidos, resultou do acúmulo das crises que vêm desde os anos 1970. Comprova-se, em grande escala, mais uma vez, a indiscutível teoria marxista-leninista do imperialismo como época de decadência, de desintegração e de transição ao socialismo.
2. É indispensável não perder de vista que o imperialismo desembocou, no início do Século XX, na 1ª Guerra Mundial. A conflagração destruiu uma gigantesca quantidade de forças produtivas. Somente terminou em um acordo de paz depois de arrasar a Europa, principalmente a Rússia, e com a derrota da Alemanha. Realizou-se a primeira partilha do mundo, sob as condições do domínio imperialista. Partilha essa que recaiu poderosamente sobre o Oriente Médio, cujas consequências se projetam aos nossos dias. A queima de riquezas produzidas, a partilha e o maior avassalamento das nações semicoloniais confirmaram as leis históricas do capitalismo, que resultam em choque das forças produtivas com as relações de produção e com as fronteiras nacionais. A burguesia criou um sistema mundial, mas conservou os Estados nacionais. Uniu-os no mercado internacional e os submeteu ao capital financeiro e aos monopólios. A 1ª Guerra refletiu a profunda contradição entre os Estados nacionais e a sua interdependência mundial.
3. O desenvolvimento das forças produtivas em grande escala, a sua alta concentração e o predomínio do capital financeiro parasitário amadureceram as condições para a transição do capitalismo ao socialismo, em todo o mundo. A 1ª Guerra Mundial derivou dessa base material. A via bélica de destruição de forças produtivas decorre do esgotamento da via e métodos econômico-diplomáticos de que a burguesia imperialista dispõe para enfrentar o estancamento geral e a consequente crise de superprodução. A preservação do

capitalismo passou a depender, na sua fase monopolista, das guerras. A Revolução Russa de outubro de 1917, que completou 100 anos, abriu outra via, que é a da transformação da propriedade privada dos meios de produção em propriedade social, para começar a construção da nova sociedade socialista. Materializou a tese de Marx e Engels, que identificaram, no final do século XIX, a tendência do capitalismo de entrar na fase dos monopólios e amadurecer as premissas de sua transição ao socialismo.



“ *A vitória da contrarrevolução na Alemanha impossibilitou que a revolução proletária na Rússia se projetasse como um elo da revolução mundial. Permitiu que o imperialismo montasse um cerco e a isolasse. Não teve, porém, como interromper imediatamente os primeiros passos da transição do capitalismo ao socialismo.* ”

4. A vitória da contrarrevolução na Alemanha impossibilitou que a revolução proletária na Rússia se projetasse como um elo da revolução mundial. Permitiu que o imperialismo montasse um cerco e a isolasse. Não teve, porém, como interromper imediatamente os primeiros passos da transição do capitalismo ao socialismo. A coesão das massas revolucionárias em torno do Estado Operário quebrou a ofensiva da reação, mas não o cerco. O acordo de paz e a partilha de regiões inteiras foram provisórios. A Alemanha imperialista se recuperou e se elevou como uma potência superior. A crise de 1914 se desdobrou na crise de 1929 e esta deu lugar à Segunda Guerra Mundial, em 1939. Dessa vez, a conflagração foi mais ampla e destrutiva. A Segunda Guerra expôs os perigos de o imperialismo avançar a barbárie a uma escala incalculável. A carnificina na Europa e, em par-

titular, na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, serviu à monumental destruição de forças produtivas. A utilização da bomba atômica pelos Estados Unidos, no Japão, assinalou os perigos de uma Terceira Guerra fulminante. O desenvolvimento da revolução mundial se mostrou mais do que nunca como condição para libertar as forças produtivas das relações de produção capitalistas.



“ *A ruptura da ordem imperialista na China e no Leste Europeu estabeleceu uma linha divisória, que foi, inicialmente, demarcada pela Revolução Russa. Essa fenda obrigou os Estados Unidos a erguerem uma nova aliança imperialista para conter o avanço das revoluções e travar a batalha pela derrocada da URSS.* ”

5. Um dos acontecimentos mais importantes do período foi a Revolução Chinesa, em 1949. A expropriação geral da burguesia a colocou no mesmo curso da Revolução Russa. As transformações no Leste Europeu, por seu turno, representaram uma derrota da burguesia e do imperialismo, bem como a divisão da Alemanha. Em linhas gerais, no entanto, expressaram a participação da União Soviética na partilha do mundo pós-guerra. A ruptura da ordem imperialista na China e no Leste Europeu estabeleceu uma linha divisória, que foi, inicialmente, demarcada pela Revolução Russa. Essa fenda obrigou os Estados Unidos a erguerem uma nova aliança imperialista para conter o avanço das revoluções e travar a batalha pela derrocada da URSS. O socialismo nacional, erigido por Stalin, impossibilitou que a Revolução Chinesa e as transformações no Leste Europeu edificassem a resposta internacionalista à “Guerra Fria”. A política de “coexistência pacífica” estalinista favoreceu a ofensiva das potências no pós-guerra contra a luta internacional do proletariado. Abriu um vasto campo de manobra para os Estados Unidos incentivarem a cisão entre a URSS e a China. Os partidos comunistas estalinizados não podiam,

sob a diretriz do “socialismo em um só país” e a da “coexistência pacífica”, encarnar e impulsionar o curso da revolução mundial. As chamadas “repúblicas populares” passaram a reproduzir a política do “socialismo em um só país” e a procurar, cada uma à sua maneira, a forma de aplicar a linha da coexistência pacífica, substituta da luta de classes e do internacionalismo proletário. O choque sino-soviético facilitou a ofensiva do imperialismo, no sentido de isolar as revoluções e utilizar a crescente subordinação da URSS ao mercado mundial, para enfraquecê-la e golpeá-la. Em síntese, o choque frontal do imperialismo com a URSS no pós-guerra confirmou a caracterização marxista da fase imperialista do capitalismo, que é a de guerras, revoluções e contrarrevoluções.

6. A desintegração da URSS foi questão de tempo. A reconstrução da Europa e a expansão da influência econômica e militar dos Estados Unidos em todo o globo tiveram, em contrapartida, o bloqueio das forças produtivas na URSS, no Leste Europeu e na China. Cresceram as pressões restauradoras do capitalismo, interna e externamente. A cisão entre Rússia e China foi fundamental para o recrudescimento do cerco das potências aos países que expropriaram a burguesia. O socialismo nacional estalinista perdeu a vigência e desabou. Na década de 1980, as forças restauracionistas se valeram da centralização burocrático-autoritária dos Estados operários degenerados, a cindiram e fortaleceram a fração francamente pró-capitalista. Os acontecimentos demonstraram que a ausência de uma federação socialista (de todos os países onde ocorreu a expropriação do capital), assentada na democracia proletária e regida pela economia planificada, baseada em um plano econômico comum, impossibilitou uma resistência à ofensiva do imperialismo contra as conquistas revolucionárias. A transição do capitalismo ao socialismo, sob a forma de Estados nacionais, se mostrou inviável. O desmoronamento da URSS indicou o quanto avançado já se encontrava a restauração capitalista. A transição foi interrompida sob a direção da própria burocracia, constituída e orientada pelo estalinismo.

7. O movimento gradativo restauracionista, de meados de 1970 a início de 1990, abarcou um período de retomada da crise mundial do pós-guerra. Acumularam-se as contradições entre os regimes burocráticos estalinistas, ou variantes da política do socialismo nacional, e o processo de transição do capitalismo para o socialismo. Desde meados dos anos 1950, eclodiram levantes populares contra a burocracia estalinista (Alemanha Oriental, Hungria, Checoslováquia, Polônia). Suas forças produtivas se encontravam, em grande medida, submetidas às relações de produção mundiais do capitalismo. Inevitavelmente, passaram a expressar as contradições próprias das relações capitalistas de produção. A crise, em fins de 1980 e início de 1990, ao atingir o ápice, levou à derrocada geral dos regimes do Leste Europeu. Em meio à hecatombe, desmoronou a URSS, sob a responsabilidade da burocracia estalinista, dividida e subordinada aos interesses de setores pró-burgueses e do imperialismo. O proletariado mundial se encontrava completamente fragmentado, e suas organizações, em franco retrocesso. Evidenciou o quanto criminoso foi a estalinização dos partidos

comunistas em todo o mundo e a liquidação da III Internacional. Os partidos comunistas apareceram abertamente como defensores da ordem burguesa, sustentando seus governos, e até políticas claramente neoliberais, a exemplo do Chile. A derrocada da URSS, finalmente, levou à total dispersão e ao grande motivo que a burguesia mundial esperava para agir sobre os explorados, com a infâmia de que o “socialismo real” havia historicamente fracassado. Tudo se fez para ocultar que era o estalinismo que se havia prostrado diante do imperialismo, com suas políticas de “socialismo em um só país” e “coexistência pacífica”, e que, definitivamente, sucumbia. Agravou-se a crise de direção revolucionária a níveis desconhecidos na história da luta de classes entre o proletariado e a burguesia. Confirmou-se, portanto, a pior hipótese prognosticada pelo Programa de Transição da IV Internacional.

8. O avanço da restauração capitalista e a destruição das conquistas da revolução proletária não alteraram as tendências predominantes de queda da taxa média de lucro dos monopólios, estagnação e desintegração das forças produtivas mundiais. Por uma década, com a emergência da China como potência econômica, pareceu que a economia global iria desempenhar um grande “desenvolvimento sustentável”. O capital financeiro se lançou a uma corrida especulativa. O aumento dos preços das matérias-primas – commodities – potencializou a ilusão de que não teria fim. As Bolsas de Valores foram acometidas da febre altista. Os países e regiões que estavam mergulhados na crise dos anos 1970 a 1990 se reergueram. A economia mundial, em certa medida, passou a depender dos passos da restauração na China e de seu crescimento econômico. Os países semicoloniais exportadores de commodities, a exemplo dos da América Latina, acreditaram que se abria uma situação em que poderiam superar, em grande medida, o atraso e a miséria das massas. Esse embalo se encerra com a explosão da crise nos Estados Unidos, em 2008. O capitalismo mergulhou na crise de superprodução. A recessão eliminou milhões de postos de trabalho. Há uma década vem destruindo forças produtivas.
9. A crise aberta em 2008 evidenciou, com maior nitidez, o esgotamento da partilha do mundo, resultante da 2ª Guerra Mundial. O declínio da economia norte-americana e seu recuo internacional compõem como um de seus mais importantes indicadores. A longa estagnação do Japão, a projeção da China e a recuperação do poder militar da Rússia vêm limitando o poderio dos Estados Unidos na Ásia. O desenvolvimento alcançado pela China exige, por sua vez, se expandir por toda parte. As disputas territoriais na África deram sinais de que a burguesia e seus governos não têm como arrefecer a guerra comercial. Eis por que as pressões norte-americanas na Ásia não se restringem a essa região do mundo. No Oriente Médio, o intervencionismo militar dos Estados Unidos se manifesta, crescentemente, desde a Guerra do Golfo, de 1991. Potenciou o seu envolvimento com a invasão do Afeganistão, em 2001, e Iraque, 2003. O processo de desintegração do Oriente Médio atesta o esgotamento da partilha. A amplitude internacional dos choques de interesses vem acompanhada da escalada inter-

vencionista do imperialismo em todos os terrenos.

10. O esgotamento da partilha econômica imperialista, definida no final da segunda guerra mundial, expressa também o esgotamento político das instituições originadas desses acordos. A ONU, OMC, FMI, BIRD, OTAN, etc. não têm capacidade para frear a agudização da crise econômica estrutural do capitalismo, nem bloquear a luta de classes, nem evitar o choque interimperialista. Sob a administração de Trump, o imperialismo norte-americano passou a desconhecer os acordos do OMC, pressiona para alterar as normas da OTAN, etc. Por outro lado, como demonstra a última greve dos operários argentinos contra o FMI, vastos setores mundiais das massas exploradas têm claro que, como no caso do FMI, esses organismos são instrumentos da política burguesa imperialista, voltada a descarregar o peso da crise sobre os explorados, e mascarar seus planos militares.
11. Está absolutamente patente que o imperialismo impulsiona as tendências bélicas nas novas condições de esgotamento da partilha de 1945. Entre os anos de 1970 a 1992, os Estados Unidos e a ex-União Soviética se apresentaram como pacifistas e decididos a promover acordos de desarmamento. A impostura viera mascarada pela bandeira da “paz mundial”, da “coexistência pacífica” entre os povos, e da prevenção contra os riscos inerentes aos arsenais nucleares. O objetivo central oculto era o de desarmar a União Soviética. A sua crise somente poderia desembocar em uma nova fase



“ O mundo está diante de um novo impulso à corrida armamentista, depois de os Estados Unidos terem decretado o fim da “guerra fria”. É necessário alertar que o recrudescimento da guerra comercial tenderá a se expressar no terreno militar.

da restauração. Já não era conveniente para o imperialismo insistir na “guerra fria”. De fato, não houve desarmamento. Os pretensos acordos de Salt e Start 1 e 2 nunca representaram uma reversão das tendências bélicas. Os Estados Unidos continuam a sustentar sua hegemonia militar e a Rússia, em processo de restauração, reforçou seu poderio. A disposição do governo russo de proteger sua influência na Síria e no Oriente Médio, enviando esquadrões aéreos, foi o

sinal de que há um limite para os avanços dos Estados Unidos nas áreas e regiões estratégicas para sua soberania. As fronteiras do Leste Europeu vêm sendo guarnecidas pela OTAN. A crise na Ucrânia despertou antigos tormentos das duas guerras mundiais. Sob a justificativa de proteger os Estados Unidos da Coreia do Norte, o Pentágono fortalece suas bases militares na Coreia do Sul. O que envolve a segurança da Rússia e da China. O Japão caminha para o rearmamento ofensivo. Na Alemanha, crescem as pressões para tomar o mesmo caminho do Japão. Ao mesmo tempo que os Estados Unidos atuam para acabar com o programa nuclear do Irã e da Coreia do Norte, aumentam o orçamento destinado às suas Forças Armadas. De conjunto, o mundo está diante de um novo impulso à corrida armamentista, depois de os Estados Unidos terem decretado o fim da “guerra fria”. Os Estados Unidos exigem da União Europeia que aumente seus gastos militares e as contribuições para sustentar a OTAN. É necessário alertar que o recrudescimento da guerra comercial tenderá a se expressar no terreno militar.

12. O retrocesso em curso na unificação europeia constitui um dos elos da cadeia de desintegração da ordem mundial criada no pós-guerra. A crise de 2008 expôs, com toda evidência, o imperativo da Alemanha, França e Inglaterra sobre os demais membros da União Europeia (UE) e, em particular, da Zona do Euro. A falência da Grécia e a intervenção da troika deixaram claro que, por cima da unificação, estão os interesses e as diretrizes do capital financeiro controlado pelas três potências, que impuseram duras condições de submissão às demais nações. Os países em quebra seguiram os seus ditames. A Inglaterra, de potência do século XIX e início do século XX, se tornou um braço dos Estados Unidos na Europa. Não poderia ter chefiado e se empenhado para pôr em pé uma Europa ocidental que rivalizasse com a potência hegemônica do pós Segunda Guerra. Não poderia, por outro lado, se manter fora dos acordos de unificação. Essa foi a posição predominante entre a burguesia inglesa, até que a atual crise mundial a atingisse profundamente, e arrasasse todos os Estados europeus à recessão. A decisão pelo “Brexit” se deveu à resistência dos ingleses em se submeter às diretrizes ditadas pela Alemanha e França. Apesar dos cuidados para que não viesse a ser de fato uma ruptura, a saída traumatizou as forças burguesas, que dependem da “unificação” para se protegerem da crise. O Brexit agravou a crise. A União Europeia terá de impor um alto custo à Inglaterra, por sua saída, para que nenhum outro país siga seu caminho. Trump pressiona por uma ruptura violenta, e também a França. Trata a União Europeia como um inimigo. O ressurgimento de movimentos separatistas é consequência do impulso das tendências opostas à da unificação,

“ (...) o protecionismo como política aplicada por um país imperialista tem um conteúdo profundamente reacionário, expressa que a concorrência entre as metrópoles imperialistas pela partilha e controle da economia mundial chegou a um ponto em que se torna vital para a subsistência e a expansão das forças produtivas de uns ocupar o espaço vital de outros.

que se potenciaram no seio da União Europeia.

13. No plano político, marcou a situação de crise a eleição de Donald Trump, nos Estados Unidos. Embora o governo de Obama tenha conseguido descarregar a quebra financeira e a recessão sobre os explorados norte-americanos e as nações oprimidas, setores poderosos da burguesia avaliaram que não foi o suficiente para proteger os interesses monopolistas. A maior potência tem de manter a ofensiva militar nas áreas estratégicas. As concessões, mesmo que limitadas, sob o rótulo do “multilateralismo”, não devem ser feitas. A pressão para revogar 173 acordos considerados lesivos aos Estados Unidos vem acompanhada de ameaças de novas sanções econômicas. Potenciam-se o protecionismo e a guerra comercial entre os países mais desenvolvidos, de forma mais aberta. A decisão de Trump de recrudescer o cerco militar à Coreia do Norte é a expressão mais perigosa das tendências bélicas. A política voltada a recuperar parte do terreno perdido nas últimas décadas implica avançar a restauração capitalista na China e Rússia e quebrar qualquer

resistência de governos e movimentos nacionalistas. Tem como objetivo garantir a sua hegemonia no Oriente Médio. O objetivo de destruir a jihad nacionalista, manter as ditaduras semifeudais e impor governos títeres força os Estados Unidos a recrudescerem as guerras civis e internacionalizá-las. Observa-se que a longa crise econômica alimenta as posições fascizantes do capital financeiro.

14. Ao contrário do que significam as medidas protecionistas aplicadas por uma nação oprimida, que são medidas anti-imperialistas, destinadas a defender o país contra o saque e a exploração capitalista, o protecionismo, como política aplicada por um país imperialista, tem um conteúdo profundamente reacionário, expressa que a concorrência entre as metrópoles imperialistas pela partilha e controle da economia mundial chegou a

um ponto em que se torna vital para a subsistência e a expansão das forças produtivas de uns ocupar o espaço vital de outros. É uma política dirigida à destruição de parte das forças produtivas dos países semicoloniais, em benefício das metrópoles imperialistas, para pressionar as economias de outras potências a cederem posição e espaço, objetivando assim preservar e proteger suas próprias forças produtivas da debacle. O imperialismo carrega em suas entranhas a tendência de transformar a guerra comercial em guerra bélica. A diplomacia e a negociação de acordos comerciais não são senão uma forma de postergar o confronto, para continuar avançando em direção a posições mais vantajosas para o próximo confronto.

15. Na Europa, o ressurgimento e crescimento de movimentos e partidos nazifascistas ocorrem nas condições de falência de governos socialdemocratas e liberais. Coube a essas duas variantes históricas da burguesia imperialista atacar a fundo as relações de trabalho e proteger o capital parasitário



sem, contudo, estancar as forças desintegradoras geradas pela crise. A sua subordinação às diretrizes ditadas pelos Estados Unidos limitou suas ações colonialistas. O que não resultou em redução do choque com nações e povos oprimidos da África e Oriente Médio. O confronto com os movimentos nacionalistas nessas regiões, as intervenções militares, as carnificinas e a ruína de economias inteiras refletiram poderosamente na vida interna do velho Continente. A combinação da imigração massiva de regiões africanas e do Oriente Médio com a elevação do desemprego na Europa propiciou a eclosão do chauvinismo. Passou a ser um importante fator da divisão interburguesa e da luta de classes. As medidas de abertura das fronteiras nacionais no processo de unificação europeia estão sendo fortemente questionadas pelo nacionalismo fascizante. Embora a Europa esteja distante da situação nazifascista da década de 1930, o seu presente embrião tende a se expandir, sob o impulso da crise econômica mundial.

16. A interrupção da década de crescimento do comércio mundial refletiu poderosamente sobre a América Latina. Estancou o seu crescimento econômico e empurrou suas principais economias à recessão. A continuidade do crescimento da China, mesmo em menor nível em relação ao período anterior, amenizou o impacto sobre os países com baixo grau de industrialização. No entanto, a queda abrupta do preço das commodities desorganizou, e ainda vem desorganizando, essas economias restritamente agroexportadoras ou exportadoras de minerais. A América Latina se vê obrigada a acompanhar o processo de destruição de forças produtivas, por meio das demissões em massa e elevação da taxa de desemprego e subemprego. A falácia do objetivo dos governos nacional-reformistas de erradicação da pobreza absoluta, e de melhorar a distribuição de renda, caiu por terra. O certo é que aumentou a polarização entre o polo de riqueza ultraconcentrado e o polo de miséria disseminado. Os governos burgueses se viram obrigados a seguir as determinações do imperialismo, mostrando-se incapazes de agir

com independência, diante da brutal queda econômica.

17. As novas condições, iniciadas a partir de 2008, provocaram tremores na política burguesa e impuseram mudanças na governabilidade. Os governos nacional-reformistas, que emergiram do esgotamento dos governos neoliberais, portanto, abertamente pró-imperialistas, entraram em declínio. Na Venezuela, o chavismo agoniza. Na Bolívia, o masismo apodrece. No Equador, o correísmo se dividiu. Na Argentina, o kirchenerismo perdeu o governo para a direita mais reacionária. No Uruguai, a Frente Ampla se desfigurou completamente. Em Honduras, Paraguai e Brasil, as forças reacionárias destituíram os governos eleitos por meio de golpes de Estado. A recuperação do Mercosul por governos pró-imperialistas dá a dimensão do fracasso do nacional-reformismo. A expulsão da Venezuela de seus quadros é o sintoma mais nítido da investida da política dos Estados Unidos na América Latina. Destaca-se a importância do golpe parlamentar no Brasil, que pôs fim ao governo do PT, de um lado, e, de outro, a possibilidade de um golpe militar fascizante na Venezuela, diante do fracasso dos mecanismos eleitorais. O desmoronamento do nacional-reformismo ocorre nas condições de intensificação da restauração capitalista em Cuba. É necessário, ainda, assinalar a capitulação das FARC, na Colômbia. A brutal repressão do governo sandinista, na Nicarágua, contra as manifestações pela derrubada da reforma da previdência, evidencia o fracasso do nacionalismo pequeno-burguês. O nacional reformismo está fadado a ceder lugar à política francamente pró-imperialista de setores burgueses ligados às diretri-

Adquira com o distribuidor: **R\$ 35**

SOCIALISMO OU BARBARIE

A Revolução
Proletária na
época do capitalismo
em decomposição



O livro editado pelo POR reúne uma coletânea de textos com elaborações e formulações programáticas sobre os fatores mais destacados da situação política mundial, um balanço dos 40 anos do golpe militar no Chile, um balanço dos 50 anos do golpe no Brasil e uma crítica programática ao foquismo nesse período.

zes norte-americanas. A vitória de Andrés Manuel López Obrador, no México, foi saudada pela esquerda reformista como um grande acontecimento, no mar de reveses sofridos pelo nacional reformismo na América Latina. Sua primeira atitude, porém, foi a de estender a mão a Trump e lhe propor uma renegociação do NAFTA e uma conciliação em torno à imigração. O novo presidente se mostra, antes mesmo de assumir o poder do Estado, incapaz de reagir à guerra comercial dos Estados Unidos. Nada de fundamental será modificado na relação de subserviência do México com os Estados Unidos. A economia continuará em desintegração e as massas, que se iludiram com a demagogia eleitoral, logo verão que Obrador não passa de um governo burguês, voltado, portanto, a garantir os interesses da burguesia. Esse quadro geral reflete o avanço das posições abertamente pró-imperialistas. Posições que encarnam o golpismo e o autoritarismo.



“ *As forças que comandam a democracia oligárquica derrubaram o governo por meio da manobra legal do impeachment. O governo que nasceu do golpe expressou tão somente o grande capital. Caracterizou-se como uma ditadura civil, cuja função era e é a de impor ao País um plano traçado pelo capital financeiro.* ”

18. O golpe de Estado que destituiu o governo de Dilma Rousseff tem particular importância. O Brasil possui um imenso peso econômico na América Latina, que o distingue da grande maioria dos países do continente. A sua democracia corresponde ao seu desenvolvimento industrial, à existência de uma significativa burguesia nacional, e aos seus vínculos com o mercado mundial. Também, nesse aspecto, o Brasil se diferencia da maioria dos países latino-americanos. No entanto, jamais superou as bases oligárquicas, que estão presentes em todas as democracias ou semidemocracias latino-americanas. Sua história republicana está marcada por golpes militares. Poucos foram os períodos de funcionamento democrático do Estado. Por duas décadas, esteve sob o comando da ditadura militar. Sua transição para a democracia decorreu de um acordo dos dois par-

tidos oligárquicos (Arena e MDB) com a cúpula das Forças Armadas, com a anuência do imperialismo. Os 13 anos do governo do PT representaram o período de democracia mais ampla que se conheceu no País. Isso se deveu à saída do Brasil de uma longa estagnação econômica e à desmoralização da frente partidária que sustentou o governo pró-imperialista de Fernando Henrique Cardoso. No fundamental, não alterou a sua composição oligárquica e não se libertou da influência do imperialismo. Diante da profunda crise econômica, o nacional-reformismo se mostrou impotente. As forças que comandam a democracia oligárquica não esperaram as eleições presidenciais e derrubaram o governo, por meio da manobra legal do impeachment. O governo que nasceu do golpe expressou tão somente o grande capital. Nisso se caracterizou como uma ditadura civil, cuja função era e é a de impor ao País um plano traçado pelo capital financeiro. É fundamental identificar o golpe no Brasil como parte das tendências reacionárias e pró-imperialistas das burguesias latino-americanas.

19. A desintegração do capitalismo, os ataques sistemáticos às condições dos explorados e as ações antidemocráticas da burguesia despertam ódio e disposição de luta entre as massas. Nenhuma das medidas que as sacrificam ainda mais é recebida passivamente. O agravamento geral da existência da maioria põe à luz do dia as múltiplas formas de opressão social. Proliferam-se embates em torno dos imigrantes, da violência racial, da discriminação da mulher, dos homossexuais e das nacionalidades oprimidas. São manifestações da opressão de classe. Os movimentos organizados contra tais chagas do capitalismo dão a impressão de que se sobrepõem à luta de classes do proletariado frente à burguesia e seu Estado. O fato de mobilizar principalmente a pequena burguesia alimenta essa distorção. Nas respostas ao fechamento de postos de trabalho, inchaço do exército de desempregados, subemprego, rebaixamento salarial, precarização dos serviços sociais e eliminação de antigos direitos trabalhistas e previdenciários, é que se gesta a luta revolucionária do proletariado. As massas resistem com o que têm, como podem, com as organizações e direções conciliadoras/burocráticas que têm. Opõe-se, sem subterfúgios, classe contra classe. Ergue-se a luta política das massas contra o governo, os partidos e o Estado burguês. Cresce a descrença na democracia burguesa, em suas instituições. Nas greves gerais na França, Grécia, Brasil e Argentina, a classe operária despontou. Trata-se de um indicador que comprova a abertura de uma nova etapa da luta de classes no processo da crise mundial, e que deve radicalizar-se.

20. Os explorados se confrontam com a diretriz mundial da burguesia, de rebaixar o custo da força de trabalho e aumentar sua produtividade. A brutal exploração da classe operária na China obriga a um ajuste geral em toda parte. Um grande desnível na extração da mais-valia não pode durar por muito tempo, ao atingir escala geral. A tendência à queda da taxa média de lucros dos monopólios, por sua vez, obriga os capitalistas a defenderem o capital atacando a força de trabalho. Está aí por que a imposição da flexibilização capitalista do trabalho se generaliza. Aplicam-se me-

didadas semelhantes na Espanha, França, Brasil, Argentina, etc. A ofensiva contra antigas conquistas da classe operária teve como marco as reformas anti-operárias de Margaret Thatcher, na Inglaterra, entre 1979 e 1985. A burguesia inglesa triunfou depois de derrotar a longa greve geral dos mineiros. Observa-se que são décadas de implantação de medidas que aumentam a exploração do trabalho e a precarização das condições de vida das massas. A crise iniciada em 2008 forçou a burguesia imperialista a retomar impetuosamente a flexibilização capitalista do trabalho. Atua por cima dos países semicoloniais e força seus governos a compatibilizarem a exploração da força de trabalho com os interesses dos monopólios e do capital financeiro. Nessa base material, assentam-se as tendências autoritárias e fascizantes, que se potenciaram com a crise desta década. Não importa que o governo esteja sob o controle da velha social-democracia europeia, ou da “nova esquerda”, como a Syriza, ou das novas versões do nacionalismo burguês latino-americano, que posam de nacional-reformismo, o governo e a burguesia têm de atacar a vida das massas, de uma ou de outra forma. Ao fracassarem, têm de ceder lugar a governos mais servís diante do imperialismo e às necessidades do grande capital. Não podem se estabilizar, tendo de responder à quebra econômica, atender às pressões do imperialismo e manter a política de colaboração de classes. Certamente, os governos que controlam as massas pela via da subordinação política e permitem à burguesia prosseguir com a brutal exploração lhe são favoráveis. Mas, mostrando-se impotentes para impor as reformas antinacionais e antipopulares, são substituídos a qualquer custo e por qualquer meio. Nos países imperialistas em que as democracias são mais estáveis, os governos assumem posições autoritárias e as instituições os acompanham. É fundamental para a luta operária reconhecer tais tendências e as mudanças de métodos de governar da burguesia, diante do agravamento da crise nacional e internacional.

“ *Sem partidos marxista-leninista-trotskistas - sem a IV internacional - os explorados não têm como se libertar da política de conciliação de classes. Não conseguem se unificar em poderosa força contra os governos pró-imperialistas. Os oprimidos rechaçam os planos e medidas da burguesia. Batem-se em defesa das reivindicações mais elementares. Mas esbarram na ausência da direção revolucionária.* ”

21. A interdependência econômica entre os países chegou a tal ponto que as crises políticas que colocam em questão a governabilidade se internacionalizam com a intervenção do imperialismo. A burguesia mundial necessita implantar seus planos em toda parte. Para isso, tem de enfrentar a resistência dos explorados e dos movimentos nacionais. O combate às reformas do grande capital, em qualquer lugar, assinala o combate geral aos ditames do imperialismo. É sintomático que a ascensão de governos nacional-reformistas, em se tratando da América Latina, corresponde a um período de descenso de governos francamente pró-imperialistas. Agora, o Continente passa pelo reverso. Ascendem governos voltados a aplicar o plano geral traçado pelas potências. A classe operária se encontra em atraso, diante do enorme avanço das reformas antinacionais e antipopulares. Padece dolorosamente do desemprego, subemprego e da quebra de antigas conquistas trabalhistas. Isso se deve, em grande parte, aos obstáculos construídos pela burocracia sindical e pelos partidos que sustentam governos nacional-reformistas. O que evidencia a gravidade da crise de direção revolucionária.

22. Sem partidos marxista-leninista-trotskistas – sem a IV internacional – os explorados não têm como se libertar da política de conciliação de classes. Não conseguem unificar-se em uma poderosa força contra os governos pró-imperialistas. Os oprimidos rechaçam os planos e medidas da burguesia. Batem-se em defesa das reivindicações mais elementares. Mas, esbarram na ausência da direção proletária, nacional e internacionalmente. Não se deve esquecer ou diminuir a importância da destruição da

III Internacional, que se constituiu e se alicerçou sobre a Revolução Russa. A burocracia estalinista, primeiro, a deformou com o socialismo nacional e, depois, a liquidou, por decisão de Moscou. Seu fechamento foi uma ação contrarrevolucionária, oferecida ao imperialismo como gesto de que a URSS não serviria de apoio à luta mundial do proletariado, aos levantes e às revoluções. Esse ato esteve intimamente ligado às pressões restauracionistas. A consequência devastadora da liquidação da III Internacional está



ADQUIRA COM NOSSO DISTRIBUIDOR:

100 anos da Revolução Russa

A primeira revolução socialista colocou a via da tomada do poder pelo proletariado e a abertura da transição do capitalismo para o socialismo. Este livro procura expressar os 100 anos da Revolução Russa sob a bandeira da IV Internacional e da tarefa de reconstruir o Partido Mundial da Revolução Socialista.

R\$ 35



em que o estalinismo destruiu nada menos que o Partido Mundial da Revolução Socialista. O que empurrou a humanidade para uma crise de direção sem precedentes, e nas condições mais difíceis de desintegração do capitalismo, e de proliferação da barbárie. Stalin e sua camarilha encarnaram o liquidacionismo. Desmoralizaram os partidos comunistas no mundo todo, impondo-lhes a política de colaboração de classes. Não tardaria o desmoronamento geral, impulsionado pelas divisões interburocráticas e pelo desabamento da URSS. Esse fenômeno foi amplamente utilizado pela burguesia para confundir a classe operária e dispersar sua vanguarda. Aproveitou-se da confusão entre o socialismo-nacional e o comunismo. Travou-se um feroz embate ideológico, sob a bandeira do fracasso do “socialismo real”. A desorganização da classe operária e a ausência de uma sólida vanguarda mundial marxista-leninista-trotskista aprofundaram a crise de direção.

23. A constituição da IV Internacional ocorreu na contracorrente da história. Não havia como ocupar o lugar físico da III Internacional. Ergueu-se, sob a direção de Trotsky, como continuidade programática dos Primeiros Quatro Congressos da III Internacional. O seu Programa de Transição estabeleceu as bases para o internacionalismo proletário, diante da hegemonia alcançada pelos Estados Unidos, da subordinação do estalinismo à nova ofensiva das potências no pós-guerra, do processo de restauração que ganharia força, e do inevitável retorno da crise estrutural, que esteve na base das duas grandes guerras. A IV Internacional, porém, teria de passar pela prova da reconstrução capitalista do pós-guerra e do fortalecimento conjuntural do estalinismo, potenciado pela ocupação da Alemanha, pela edificação das “repúblicas populares” no Leste Europeu e pela divisão da Alemanha. Sua direção, após a morte de Trotsky, se mostrou incapaz. Evidenciou uma tendência centrista, embrionariamente presente em seu seio. Não foi capaz, portanto, de assimilar toda a ex-

“ A tarefa de reconstruir a IV Internacional como Partido Mundial da Revolução Socialista é parte dos objetivos programáticos das seções do Comitê de Enlace e guia sua política proletária. Nesse sentido, é necessário capitalizar a experiência do POR da Bolívia, que pôde construir o programa, derrotando o nacionalismo burguês e pequeno-burguês.

periência da guerra e estabelecer uma linha do pós-guerra contra a nova partilha do mundo, o lugar do estalinismo e o período de “guerra fria”, que logo seria lançado pelos Estados Unidos. Em resumo, a direção da IV Internacional não encarnou de fato o Programa de Transição, que mantém plena vigência. A desintegração da IV Internacional em inúmeras correntes centristas fez e faz parte da crise de direção da humanidade. Não teve, portanto, como capitalizar revolucionariamente a quebra internacional dos poderosos aparatos contrarrevolucionários: da socialdemocracia e do estalinismo. A tarefa de reconstruí-la como Partido Mundial da Revolução Socialista deve obrigatoriamente fazer parte dos objetivos programáticos das seções do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional

e guiar sua política proletária. É necessário capitalizar a grande experiência do POR da Bolívia, que pôde construir o programa, derrotando ideologicamente o nacionalismo burguês e pequeno-burguês. Nesse último caso, derrotando ideologicamente a política foquista do castro-guevarismo e do maoísmo.

24. A vanguarda marxista está diante da tarefa de aplicar o Programa de Transição, nas condições de retomada da crise geral do capitalismo. Aplicação que deve estar de acordo com a situação de cada país, como parte e reflexo da situação mundial. Aparentemente, os choques internos compõem-se como tipicamente nacionais. Na realidade, são manifestações da época de desintegração do sistema social burguês, de guerras, revoluções e contrarrevoluções. Verificamos que, no presente momento, crescem as tendências reacionárias, pró-imperialistas, chauvinistas e golpistas. É fundamental acompanhar a evolução das tendências bélicas do imperialismo. Em todos os lugares, as seções nacionais estão obrigadas a trabalhar no seio dos explorados, respondendo à decomposição e ao avanço da barbárie. Qualquer estreiteza nacional é prejudicial para o combate pela reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista. Qualquer deslize a posições de internacionalismo for-

mal pesa a favor da continuidade da crise de direção revolucionária. Ao contrário, a firmeza e o empenho em pôr em pé a IV Internacional permitem a vanguarda a se contrapor ao centrismo pequeno-burguês travestido de socialista, e às variantes do nacional-reformismo.

25. Muitos partidos são formalmente internacionalistas, vivem de reunião em reunião internacional, de congresso fundacional à ruptura e, em seguida, a outros congressos. Suas viradas ocorrem à margem da classe operária, isto é, à margem do processo de constituição da classe em classe consciente. Esses grupos se esgotam em disputas sem transcendência e enchem as páginas dos jornais e das redes sociais com todo tipo de pronunciamento, cada um mais contraditório que o outro. O seu afastamento do marxismo-leninismo-trotskyismo os leva a se tornarem e aprofundarem, cada vez mais, como vulgares socialdemocratas eleitoreiros. Alguns militantes que se desprendem dessas tendências, devido à sua crise política, podem, com base a uma severa autocritica, ser ganhos para o programa revolucionário do CERQUI. A experiência do POR boliviano evidencia que a derrota do centrismo foi possível quando o partido-programa penetrou e se desenvolveu no proletariado. Ocorre a interação entre a classe operária e o partido, quando suas células conseguem transformar o impulso instintivamente comunista do proletariado em política revolucionária consciente. Nesse processo de transformação do instinto em consciência de classe, se forja a teoria revolucionária, o programa do partido, que não é senão a expressão das leis da revolução em nossa época, ou seja, a expressão de como as leis gerais da revolução são concretizadas em um determinado contexto geográfico, histórico e cultural. Não são suficientes as generalidades do marxismo e do Programa de Transição para tornar o partido em seção nacional e o CERQUI em partido mundial da revolução socialista, em direção revolucionária, é preciso que a penetração da ideologia revolucionária transforme a classe operária instintiva em classe consciente, isto é, em partido capaz de ser a direção política e física da classe e da nação oprimida. Esse partido-programa que penetrou na classe revolucionária, que é sua expressão política, é a base real da ação revolucionária internacional, de uma direção revolucionária mundial. Antes disso, é somente uma possibilidade que se debate em polêmica com todas

as tendências reacionárias centristas e reformistas da burguesia, da pequena burguesia, inclusive do próprio proletariado, mas, ainda sem possibilidade real de superá-las e derrotá-las.

26. Em todos os países, se deve materializar a tarefa de pôr em pé o partido revolucionário, verdadeiro partido-programa, estruturado sob a estratégia da revolução e ditadura do proletariado, como seções da IV Internacional recons-

“ *A defesa das condições elementares dos explorados e o enfrentamento aos planos devastadores da burguesia possibilitam à vanguarda desenvolver a estratégia própria de poder da classe operária. É imprescindível popularizar a estratégia do governo operário e camponês, vinculada à explicação da revolução proletária.* ”

truída. A história demonstra tragicamente que não há caminhos intermediários, ou alternativos. As concepções de “revolução por etapas” ou “socialismo em um só país” se mostraram como anticientíficas. As bandeiras de Estados Unidos da Europa e Estados Unidos da América Latina se tornam mais visíveis nas condições em que se repõem as premissas que estiveram na base das duas guerras mundiais, do fascismo e do chauvinismo. As táticas da frente única proletária para os países de capitalismo avançado e da frente única anti-imperialista para os países atrasados, semicoloniais, estão em plena vigência. Entrelaçam-se no combate internacional do proletariado. A bandeira de autodeterminação e direito de separação das nacionalidades oprimidas permite mostrar às massas a necessidade da revolução proletária. A defesa das condições elementares dos explorados e o enfrentamento aos planos devastadores da burguesia possibilitam à vanguarda desenvolver a estratégia própria de poder da classe operária. É imprescindível popularizar a estratégia do governo operário e camponês, vinculada à explicação da revolução proletária.

Adquira com o distribuidor:

**PÔR EM PÉ O PARTIDO MUNDIAL
DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA
RECONSTRUIR A IV INTERNACIONAL**



R\$ 35

ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR
DE MASSAS

Resolução sobre a América Latina

1. A ilusão de um crescimento sustentável desmoronou com a crise mundial, aberta em 2008. Os preços das matérias-primas, do petróleo e mesmo da agropecuária, ainda que com oscilações circunstanciais, desabaram. A queda atingiu, assim, a América Latina como um todo, constituída de países exportadores de commodities. Em sua grande maioria, são economias predominantemente agrárias e extrativistas, fornecedoras de matérias-primas e produtos agropecuários ao mercado mundial. Está aí por que passaram a depender, em grande medida, do alto crescimento da China, responsável pelo impulso do comércio mundial, que abrangeu o período anterior à debacle, iniciada nos Estados Unidos com a crise de superprodução.

2. A recessão mundial arrastou o Continente. A avaliação inicial, de que a América Latina não seria duramente atingida, uma vez que havia alcançado uma dinâmica própria, e que as matérias-primas continuariam sendo consumidas pelas potências, não se confirmou. O descenso econômico foi generalizado, embora desigual no seu ritmo e intensidade. Os dois países mais industrializados – Brasil e Argentina – foram os que mais sentiram o peso da recessão. As quebras industriais e comerciais, bem como a retração no setor de serviços, representaram um importante retrocesso.

Expressaram o movimento de destruição de forças produtivas, típico da crise de superprodução. Fenômeno que aumentou a distância entre as potências imperialistas e o continente semicolonial.

3. As massas foram brutalmente sacrificadas. A destruição de postos de trabalho recolocou o desemprego e o subemprego no alto patamar histórico. A pobreza, a miséria e a fome, que sempre caracterizaram o capitalismo de economia atrasada, derrubaram a demagogia burguesa de solução progressiva desses fatores estruturais, por meio do desenvolvimento “sustentado”, “integrado” e voltado à “distribuição de renda”. O plano de erradicação da miséria e da fome para o “Milênio”, arquitetado pela ONU, foi varrido pela onda recessiva. Já não se fala dos grandes feitos da política do imperialismo para o “desenvolvimento sustentável” dos países semicoloniais. Seu lugar tem sido ocupado pela ofensiva das potências, que descarregam o maior peso da desintegração mundial do capitalismo sobre as nações atrasadas.

4. A tese da ONU, Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional, de que o desenvolvimento econômico da América Latina abriria um período de solução dos seus grandes problemas, se mostrou falsa e, portanto, insustentável. Não há dúvida de que o desenvolvimento das forças produtivas é base dos avanços sociais. Ocorre que o capitalismo já não tem como desenvolvê-las e tende

a regredi-las com as crises de superprodução, cada vez mais longas e contundentes. O fato da maioria dos países latino-americanos ser essencialmente agro-extrativista – isto é, países capitalistas atrasados de economia combinada – demonstra que tem tarefas democrático-burguesas pendentes de realização e que precisa superar o atraso pela industrialização. O que já não é possível no marco da grande propriedade privada burguesa e das relações capitalistas de produção vigentes. Estão fadados a cumprir a função de fornecedores de matérias-primas, na divisão mundial do trabalho. Países como Brasil, Argentina e México sofrem com a desindustrialização. O imperialismo pressiona para que abram ainda mais suas economias e

deem impulso à desnacionalização. O crescente controle dos capitais externos sobre os ramos fundamentais da economia estrangula cada vez mais as pretensões dos nacionalismos de todos os tipos.

5. A declarada guerra comercial dos Estados Unidos perante a China, inevitavelmente, atinge a América Latina. A taxação do aço e do alumínio, se rigorosamente aplicada, afetará em boa medida a economia brasileira. O que terá reflexos na Argentina e México. Essas economias pesam em grande escala nas forças produtivas da região. É visível o crescimento das

pressões dos Estados Unidos contra o aumento da presença da China na América Latina. Observa-se a escalada de conflitos pelo controle das fontes de matérias-primas. O imperialismo não pode perder espaço em um campo tão estratégico quanto esse. O monopólio das reservas e da exploração das matérias-primas está na base do poderio mundial. Há uma tendência de acirramento dos choques interimperialistas nesse terreno.

6. Com a recessão e a débil retomada do crescimento, potenciaram-se antigas contradições e retomou-se o quadro de instabilidade econômico-financeira. As dívidas internas e externas se agigantaram, principalmente com as políticas de estatização da crise iniciada em 2008. Os déficits comerciais já não são absorvíveis. Os déficits públicos ameaçam os Tesouros nacionais à inadimplência. O capital parasitário aumenta a especulação financeira. Os juros altos comprometem ainda mais as contas públicas. Avança o endividamento da população. Desvalorizam-se as moedas nacionais. Os Estados perdem capacidade de investimentos. O capital privado não encontra novos negócios para aplicar na produção. Os mercados internos retraem, e reduz-se relativamente o peso individual dos países e de conjunto da América Latina na economia mundial. De maneira que há uma tendência ao baixo crescimento e à estagnação. É nessas condições adversas que o imperialismo incrementa o saque das nações oprimidas. E exige

“ Observa-se a escalada de conflitos pelo controle das fontes de matérias-primas. O monopólio das reservas e da exploração das matérias-primas está na base do poderio mundial. Há uma tendência de acirramento dos choques interimperialistas nesse terreno. ”

- melhores condições para a penetração de seus capitais e para a desnacionalização.
7. O imperialismo se protege da crise impondo às nações oprimidas suas diretrizes e planos econômico-financeiros. O que acirra os atritos entre as potências. A guerra comercial evidencia a dinâmica incontrolável da anarquia social da produção. A virada na política norte-americana, com o governo Trump, indica o imperativo de um Estado ultracentralizado e determinado a disciplinar a sua própria burguesia. É preciso impulsionar o intervencionismo econômico-financeiro em todas as partes. O que vem amparado pelo potencial militar. Não se trata, essencialmente, de uma virada estratégica, mas sim de uma mudança na forma do intervencionismo imperialista. O desmonte do ordenamento constituído pelo governo democrata de Obama, que ficou conhecido como multilateralismo, tem seus reflexos na América Latina. Retomam-se as ameaças de intervencionismo militar e os bloqueios econômicos. Há uma necessidade dos Estados Unidos de alinhar o Continente, mais rigidamente, às suas diretrizes mundiais.
 8. É sintomático que a imensa maioria dos países latino-americanos esteja aplicando as reformas antinacionais e antipopulares. Antinacionais porque favorecem o capital financeiro parasitário e as multinacionais. Antipopulares porque resultam em aumento da taxa de exploração do trabalho, da pobreza e da piora das condições gerais de existência das massas. Os monopólios e o capital financeiro estão impondo um retrocesso sem precedentes nas relações entre o capital e o trabalho. Depois de um interregno de mais de uma década de predominância do chamado “neoliberalismo”, que percorreu os anos de 1980/1990, é retomada a mesma linha ditada pelo imperialismo às semicolônias. A crise mundial de 2008 pôs um ponto final à esquerdização de governos antineoliberais. As burguesias latino-americanas se adaptaram profundamente ao imperialismo, embora continuem pagando caro pelo saque. Como defensoras do capitalismo em desintegração, aplicam as diretrizes e os planos que vêm das metrópoles.
 9. Os governos antineoliberais, que se instalaram em vários países da América Latina e que se apresentaram como pretendentes à independência nacional, não romperam com o imperialismo. Os seus programas econômicos continuaram assentados sobre o capital financeiro e os monopólios. Os mais radicais conceberam a nacionalização econômica como compatível com as multinacionais. Idealizaram a nacionalização e soberania na forma de uma espécie de associação do Estado e do empresariado nacional com o

“ Na Venezuela, Bolívia e Nicarágua, [os governos nacional-reformistas] assumiram a forma de governos bonapartistas. Estiveram obrigados a se elevar por cima das classes, apoiarem-se nas Forças Armadas e se imporem ditatorialmente às massas. A impossibilidade de desenvolver as forças produtivas e de resolver as tarefas democráticas os leva a um beco sem saída. Colocam-se abertamente as variantes da revolução e contrarrevolução.

- capital externo. Inventaram uma democracia com participação popular, estado plurinacional, socialismo do século XXI, etc. As tentativas de fortalecer o mercado interno, de disciplinar a penetração do capital externo, de tornar as multinacionais um instrumento de desenvolvimento nacional e de controlar as fontes de matérias-primas expressaram uma diretriz nacional-reformista adaptada ao imperialismo. A crise mundial varreu essa variante burguesa de política antineoliberal.
10. As mais diversas frações da burguesia latino-americana penderam à direita, nos últimos anos. Os governos nacional-reformistas deixaram de ser importantes para a política de conciliação de classes, que perdurou no período de crescimento mundial. As oscilações da política nacional-reformista entre os interesses nacionais e os do imperialismo deixaram de funcionar nas condições de recessão, de alta do desemprego e de crescimento explosivo das dívidas internas e externas. Agravaram-se os choques interburgueses. Os governos mergulharam na crise política. O golpe de Estado que derrubou o governo do PT, no Brasil, expressou mais claramente as tendências direitistas, francamente pró-imperialistas, da burguesia brasileira e latino-americana. A burguesia e o imperialismo não precisaram recorrer ao golpe militar. A experiência de golpes institucionais havia mostrado a validade dessa modalidade no caso de Honduras e do Paraguai. O Brasil, no entanto, se distingue por ser relativamente uma potência regional. Por seu turno, a queda da ala nacionalista do peronismo, na Argentina, pela via das eleições, compôs as duas variantes de mudança de governo. A persistência do nacional-reformismo em decomposição na Venezuela impulsiona a oposição golpista a um levante militar. A bandeira de intervenção levantada pelos Estados Unidos incentiva essa via. Na Bolívia, o nacional-reformismo indigenista pugna pela sobrevivência, indo cada vez mais à direita e atendendo às pressões do imperialismo. No Chile, o fim da ditadura militar deu lugar a uma alternância no poder entre a “Concertação” reformista e a coligação direitista. A sequência de fracassos da “Concertação” fortalece a oposição francamente pró-imperialista. A eleição de Obrador, no México, não modifica a tendência geral da América Latina em seguir as diretrizes fascizantes do governo Trump.
 11. A ascensão e a queda dos governos burgueses nacional-reformistas se dão no marco do capitalismo em desintegração e avanço da barbárie social. São um fator de confusão entre as massas oprimidas. Desorientam e canalizam o seu instinto de revolta contra a burguesia interna, os seus partidos oligárquicos e o imperialismo. Os Estados Unidos e aliados europeus se utilizam da derrocada de



“ *A contrarrevolução se alimenta da impotência do nacional-reformismo e da profunda desorganização do proletariado no campo da independência de classe (...) em outras palavras, a ausência dos partidos marxista-leninista-trotskistas. É parte da crise de direção, a ampla burocratização e estatização dos sindicatos. O nacional-reformismo é responsável, em grande parte, pelo avanço desse fenômeno.* ”

tais governos para acusá-los de ameaça à democracia e à estabilidade econômica. Manobram com as denúncias de corrupção para ocultar dos explorados os verdadeiros motivos do fracasso da política reformista e as suas reais raízes de classe, que são burguesas e pequeno-burguesas. Evidentemente, os governos nacional-reformistas não são homogêneos. Guardam particularidades de acordo com o maior ou menor atraso das semicolônias. Estão condicionados ao desenvolvimento desigual e combinado das economias latino-americanas. Na Venezuela, Bolívia e Nicarágua, assumiram a forma de governos bonapartistas. Estiveram obrigados a se elevar por cima das classes, apoiarem-se nas Forças Armadas e se imporem ditatorialmente às massas. A impossibilidade de desenvolver as forças produtivas e de resolver as tarefas democráticas os leva a um beco sem saída. Colocam-se, abertamente, as variantes revolução e contrarrevolução.

12. A contrarrevolução se mascara com a democracia abstrata e os direitos humanos demagógicos. A necessidade dos governos nacional-reformistas, bonapartistas, de conservarem a caricatura da democracia burguesa e reprimirem com sangue as manifestações oposicionistas potencializam as contradições inerentes às relações de produção próprias de países capitalistas atrasados de economia combinada e semicolonial em decomposição. O cerco imperialista se encarrega de fortalecer a direita contrarrevolucionária, que se vale da crise econômica, do aumento da miséria, da revolta da pequena burguesia e da passividade do proletariado. A contrarrevolução se alimenta da impotência

do nacional-reformismo e da profunda desorganização do proletariado no campo da independência de classe. Desorganização que reflete a crise de direção revolucionária, em outras palavras, a ausência dos partidos marxista-leninista-trotskistas. É parte da crise de direção, a ampla burocratização e estatização dos sindicatos. O nacional-reformismo é responsável, em grande parte, pelo avanço desse fenômeno.

13. Se o proletariado não dirige a pequena burguesia desesperada no sentido da revolução, a direita burguesa, francamente pró-imperialista, ocupa esse lugar, armando a contrarrevolução. A bancarrota dos governos na Venezuela, Nicarágua e Bolívia favorece o intervencionismo imperialista e a reação direitista que vem predominando na América Latina no último período. Por sua vez, a derrubada, pela via institucional, do governo do PT, que se mostrou incapaz de se opor e derrotar o golpe de Estado, apoiado no proletariado e nos demais explorados, é considerada pelas forças golpistas como expressão da democracia, quando, de fato, corresponde à incapacidade do nacional-reformismo de enfrentar as mesmas tendências ditatoriais e contrarrevolucionárias presentes no conjunto da América Latina. A melhor solução às diretrizes do imperialismo, para as crises políticas, é substituir os governos impotentes pela via eleitoral, como se passou no Chile e na Argentina e, em certo sentido, no Equador. Isso por que o desmonte do nacional-reformismo na América Latina vem ocorrendo, passo a passo, na região, pelas vias institucionais. É o que tem retardado a derrubada do governo da Venezuela pela via do levante militar e da intervenção dos Estados Unidos. Não é conveniente à burguesia latino-americana a eclosão de uma guerra civil no Continente. O curso traçado pela contrarrevolução é o de evitar uma maior agudização da luta de classes. A pequena burguesia urbana se acha, em grande medida, proletarizada, e tende a se defender, utilizando-se do método da ação direta contra o maior empobrecimento. O proletariado adormecido começa a despertar, sob o impacto das medidas antinacionais e antipopulares dos governos francamente pró-imperialistas.
14. Na base da crise estrutural, que se manifesta constantemente na América Latina, se encontram as tarefas democráticas não cumpridas pela burguesia. A independência nacional, soberania, autodeterminação, revolução agrária

ria, fim das mais diversas formas de opressão de classe e erradicação da miséria já não podem ser resolvidas nos marcos do capitalismo. O nacionalismo burguês e o reformismo pequeno-burguês nascem, morrem e renascem, escorados nas tarefas democráticas pendentes nas nações oprimidas. Não podendo solucioná-las, acabam de joelhos diante da burguesia e do imperialismo. A sua estratégia de “governos democrático-populares”, constituídos por meio de eleições, sujeita-se à democracia burguesa, portanto, ao poder das oligarquias. Estrategicamente, significa a impossibilidade da revolução burguesa, democrática e anti-imperialista. As tarefas da nação oprimida, portanto, passaram para as mãos da classe revolucionária, que é o proletariado. O esgotamento histórico das revoluções burguesas corresponde à contradição fundamental entre as forças produtivas e as relações de produção. Trata-se do capitalismo da época imperialista, em que as forças produtivas não podem se desenvolver, tendem a se estagnar e se desintegrar. Ao contrário do que se pode imaginar, as tarefas democráticas se erguem como decisivas para libertar as forças produtivas das travas do imperialismo, assim, da propriedade monopolista. O programa da revolução proletária, que é o da expropriação geral da burguesia, responde às tarefas democráticas.

15. A luta do proletariado pela solução das tarefas democráticas possibilita desmascarar o nacional-reformismo e dirigir o combate contra a burguesia oligárquica e o imperialismo. Possibilita desenvolver no seio das massas a estratégia da ditadura do proletariado, por meio da fórmula governamental do governo operário-camponês. O vínculo entre as tarefas democráticas, a expropriação do grande capital e o governo operário-camponês compõe o programa da revolução proletária nos países semicoloniais. A revolução latino-americana, que começará em um determinado país, como já demonstrou a revolução cubana, hoje estrangulada por ter se mantido isolada, iniciará assumindo a resolução das tarefas democráticas e avançará com as transformações socialistas. Somente com a ditadura do proletariado, exercida pelo governo operário e camponês, o imperialismo será derrotado. A independência nacional, revolução agrária e a erradicação da miséria serão os primeiros passos para o proletariado encarnar as forças produtivas e potenciar a revolução socialista.

16. A burguesia latino-americana não teve as bases materiais para desenvolver uma pujante democracia, expressão de um alto desenvolvimento das forças produtivas e da independência nacional. Na maioria dos países, a democracia não passa de grosseira caricatura, uma vez que a imensa maioria sequer alcançou formar uma burguesia constituída de várias frações, entre elas, a industrial, e uma vasta classe média. E, nos poucos países em que tais con-

dições se apresentaram, não foi possível superar o caráter oligárquico e raquítico do funcionamento parlamentar, bem como atingir o equilíbrio entre os poderes do Estado. As democracias semicoloniais mais avançadas, como as do Brasil, Argentina e México, acobertam o funcionamento do Estado policial. As formas de governo variam da ditadura militar à ditadura civil. A ditadura bonapartista é uma de suas variantes, bem como a ditadura fascista, ambas as formas adaptadas às condições particulares de cada país. Raríssimos foram os governos constitucionais que contaram com apoio popular e dele se nutriram para gerir os negócios da burguesia. De fôlego curto, não tiveram como suportar as pressões do imperialismo e da oligarquia interna. Consta-se que, em momento algum, houve eleições completamente democráticas. A burguesia impõe uma série de restrições para impedir a intervenção

“ *A luta do proletariado pela solução das tarefas democráticas possibilita desmascarar o nacional-reformismo e dirigir o combate contra a burguesia oligárquica e o imperialismo. E desenvolver no seio das massas a estratégia da ditadura do proletariado, por meio da fórmula governamental do governo operário-camponês.* ”

do partido revolucionário, entre outras condições antidemocráticas. É nesse sentido que se verifica a correção da tese marxista da inviabilidade da democracia na América Latina semicolonial, que deve ser compreendida de acordo com as particularidades de cada país.

17. A predominância da caricatura e da democracia oligárquica permite, mesmo assim, a vigência da política voltada a arrastar as massas por detrás dos partidos burgueses e a alimentar as ilusões constitucionais. Não há como desconhecer a capacidade dos exploradores de usar as eleições,

Adquira com o distribuidor:

“ **A oposição entre as direções/correntes em geral e as bases/POR deve se elevar na luta por uma direção revolucionária para o movimento estudantil.** ”

A greve na USP aconteceu em meio a uma tendência geral de luta no país, que empunhou reivindicações que poderiam levar a uma ampla unidade contra o governo, a burguesia e suas medidas antinacionais e antipopulares, retomando o caminho da greve geral de 28 de abril de 2017. As direções reformistas e centristas rejeitaram essa via e se apegaram ao corporativismo e a conciliação de classes. O POR travou combate em defesa da retomada da greve geral e do programa e métodos proletários. Pôs-se em evidência a necessidade de constituir uma fração revolucionária e avançar a luta pela superação da crise de direção.



R\$5

Balanço da greve da USP
2018

POR | Partido Operário Revolucionário

MASSAS

as manobras parlamentares e o assistencialismo para bloquear a independência de classe do proletariado. Nesse sentido, o nacional-reformismo presta um grande serviço à burguesia e ao imperialismo. Por meio da política democratizante e da conciliação de classes, passa a ser um auxiliar da contrarrevolução. Está aí por que se apoia na tese da possibilidade de ampliar a democracia, torná-la um fator de soberania popular e uma via de constituição de governos ditos progressistas, democrático-populares, de esquerda, etc. É imprescindível à luta pela independência dos trabalhadores que se demonstre, na prática e na teoria, o conteúdo burguês das ilusões democráticas. O nacional-reformismo faz de tudo para confundi-las com a soberania popular. O melhor caminho para se contrapor ao ilusionismo é o da ação direta. A tática de intervenção nas eleições está subordinada ao método da luta de classes, à denúncia da democracia burguesa e ao desenvolvimento do programa da revolução proletária no seio das massas.

18. A defesa de liberdades democráticas não se confunde com a defesa da democracia burguesa em geral. A estratégia do proletariado determina o conteúdo e o sentido da luta democrática. É preciso evidenciar para os explorados que, sob a democracia da burguesia, impõem-se rígidas restrições ao direito de greve e de manifestações. Combate-se a ação direta dos oprimidos com meios e métodos policiais. O ponto de partida da luta por reivindicações democráticas é o do direito dos explorados recorrerem à ação direta sem nenhuma restrição do patronato e do seu Estado, de terem sindicatos independentes e de se unificarem em organismos criados na luta. Diante de movimentos golpistas, antidemocráticos e contrarrevolucionários, coloca-se a bandeira da autodeterminação das nações oprimidas e da plena liberdade política às massas e do desmantelamento das forças repressivas do Estado. A garantia da vitória depende do armamento popular dos explorados. A experiência mostra que as respostas democratizantes ou repressivas do nacional-reformismo, desfechadas desde o Estado, não rompem a marcha dos golpes contrarrevolucionários. A luta democrática do proletariado se subordina à estratégia do governo operário e camponês.
19. A circunstancial virada da burguesia e das camadas da pequena-burguesia à direita pôs um ponto final ao sonho reformista de um alinhamento da América Latina

independente dos Estados Unidos. O Mercosul foi concebido principalmente para integrar os interesses das multinacionais e do agronegócio. Não teve como ser alterado pela aliança de governos vinculados ao nacional-reformismo. A criação da Unasul resultou da iniciativa de tais governos. Teria a função específica de marginalizar a OEA, comandada pelos Estados Unidos. Tanto o Mercosul quanto a Unasul acabaram assaltados pela aliança direitista e francamente pró-imperialista. Nesse quadro, os Estados Unidos ativaram a OEA para restabelecer o velho alinhamento. A reunião de 2018, em Lima, esteve voltada a discutir a posição norte-americana de intervir na Venezuela. A idealização de uma América Latina unida para fazer frente ao poderio econômico dos Estados Unidos – os reformistas não tiveram a ousadia de pensar em uma unidade militar – parecia que ia prosperar com o recuo da ofensiva do neoliberalismo. Desmoronou como um castelo de cartas. A expulsão da Venezuela foi o último ato do assalto da direita golpista. Refletiu as vitórias do imperialismo na Colômbia contra as Farc; em Cuba, com a maior integração da burocracia castrista na órbita dos Estados Unidos; no Equador, com a ascensão da direita do nacional-reformismo; na Venezuela, com seu maior isolamento; e no Brasil, Argentina e Chile, com a volta ao poder da velha oligarquia serviçal. O fracasso da estratégia de unidade latino-americana e a volta do alinhamento sob a hegemonia dos Estados Unidos reforçam o programa proletário dos Estados Unidos Socialistas da América Latina. Programa que poderá se potenciar com o desenvolvimento da luta de classes no próximo período e construção dos partidos revolucionários, como parte da reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional.

20. O Comitê de Enlace tem por tarefa fortalecer suas seções, ampliar sua construção a mais países, superar seu caráter embrionário e projetar o programa dos Estados Unidos Socialistas da América Latina. As camadas mais oprimidas das massas não acompanham a direitização da política burguesa e desconfiam das posições conciliadoras do nacional-reformismo. Estão obrigadas a recorrer às greves, manifestações, bloqueios e ocupações. Em geral, necessitam percorrer o caminho defensivo contra a flexibilização capitalista do trabalho, os ataques aos salários, a progressão do desemprego e subemprego e a piora das condições elementares de existência. É nessa tendência que se gesta

uma nova vanguarda, que poderá se desligar do reformismo, do centrismo e do burocratismo sindical. As respostas às particularidades nacionais e o seu vínculo com a política internacionalista do proletariado potenciarão o Comitê de Enlace. A luta pela constituição da frente única anti-imperialista abrirá caminho à revolução proletária, à solução das tarefas democráticas e ao programa dos Estados Unidos Socialistas da América Latina.

Próximo lançamento:

Revista Proletária da Educação

O oitavo número da Revista Proletária da Educação foi elaborado como arma de combate aos profundos ataques à Educação Pública, que revelam as tendências destrutivas do capitalismo em decomposição.

nº 8
Set 2018



Combater a ofensiva privatista e obscurantista da burguesia e de seus governos sobre a Educação

Informe político da seção brasileira

O informe completo da seção brasileira foi publicado no Jornal Massas, nº 572. Consta de sete pontos: 1) introduz o informe, mostrando que o golpe de Estado que derrubou a presidente Dilma Rousseff, do PT, deu lugar a um governo de ditadura civil; 2) o golpe de Estado se deu por meio de uma frente burguesa, que se constituiu em torno de um programa de reformas antinacionais e antipopulares; 3) as massas reagiram à aprovação de tais reformas pelo Congresso Nacional, que serviu de órgão do golpe de Estado. A greve geral, de 28 de abril de 2017, foi o ponto mais alto da resistência operária à ditadura civil, mas foi imediatamente desmontada pela burocracia sindical (CUT e Força Sindical); 4) O movimento do impeachment, que derrubou o governo de Dilma, instalou a ditadura civil e desfechou ataques à classe operária, demonstrou a falência política do nacional-reformismo petista; 5) a ditadura civil de Temer não teve como se estabilizar devido à continuidade da crise econômica, do alto desemprego, crescimento da pobreza e miséria e escândalos de corrupção; mesmo assim, conseguiu impor a reforma trabalhista, a lei da terceirização, cortes de recursos sociais e parte do seu plano de privatização e desnacionalização; 6) conclui que o golpe de Estado não serviu para as forças burguesas encontrarem um caminho de solução da crise econômica e, conseqüentemente, da crise política; 7) resume, em forma de conclusão, a luta do POR contra o golpe de Estado, a aplicação da tática da independência de classe dos explorados e a defesa da estratégia do poder próprio, governo operário e camponês.

No momento, a crise política se expressa na disputa eleitoral. A burocracia sindical está voltada a arrastar a classe operária e os demais explorados por detrás das candidaturas burguesas.

O golpe de Estado, 2016, projetou os militares na política. Os generais e demais patentes haviam se recolhido com o fim da ditadura militar, 1985. Passaram, agora, a exigir sua maior presença na condução do Estado. O governo de transição de Michel Temer abriu caminho para a militarização da política. É nessas condições que emergiu a candidatura da ultradireita, representada pelo ex-militar Jair Bolsonaro (PSL). O candidato da burguesia e do imperialismo, Geraldo Alckmin (PSDB), apesar de ser sustentado por uma ampla coligação, sofre uma grande rejeição, bem como o candidato do MDB, Henrique Meirelles. Essas duas candidaturas são as que mais aparecem vinculadas ao golpe de Estado e às medidas anti-operárias e pró-imperialistas. Bolsonaro, embora tivesse se destacado na defesa da derubada do governo petista, manteve-se à margem do governo usurpador. Aproveitou para acirrar o ódio de uma camada da classe média ao petismo, que passou a ser identificado como símbolo da corrupção. Ao lado da ultradireita fascizante, ganhou corpo a candidatura de Ciro Gomes (PDT), que procura ocupar o lugar do PT com o palavreado de uma espécie de seminacionalismo.

O PT foi privado da candidatura de Luís Inácio Lula da Sil-

va, condenado por corrupção. O fato de conservar sua popularidade eleitoral e de ter sido condenado por um processo que não apresentou nenhuma prova concreta passou a ser um fator de questionamento da legitimidade das eleições. Os petistas percorreram a todas as instâncias da justiça burguesa e, inclusive, ao Comitê de Direitos Humanos da ONU, para que seus direitos políticos não fossem cassados. Teve de, finalmente, inscrever em seu lugar o candidato Fernando Haddad. A possibilidade da candidatura petista ir para o segundo turno, disputando com Bolsonaro, passou a assombrar a burguesia. O episódio do atentado contra o candidato do PSL agravou a polarização eleitoral e deu lugar a manifestações mais enfáticas de militares. Fora da candidatura de Alckmin, qualquer outra comparece como um desvio do curso estabelecido pelo golpe de Estado. As candidaturas da esquerda reformista e centrista – Guilherme Boulos (PSOL) e Vera Lúcia (PSTU) – estão esmagadas pelo brutal peso dos aparatos eleitorais da burguesia. O problema está em que

não expressam a política de independência de classe do proletariado.

O próximo governo terá de dar continuidade às reformas antinacionais e antipopulares, bem como ampliar as privatizações e desnacionalizações. O que quer dizer atacar mais fundo os explorados, que já sentem os impactos da reforma trabalhista, da terceirização e dos cortes de recursos aos serviços sociais. O desemprego, subemprego, a contenção do reajuste do salário mínimo e a ampliação da pobreza e da miséria vêm gestando um grande descontentamento, que clara-

mente se manifesta na desconfiança da maioria oprimida diante das eleições. A polarização eleitoral, certamente, amortecerá a tendência à abstenção e ao voto nulo, mas não dissolverá o descrédito da política burguesa.

A crise econômica continuará a sacrificar as condições de existência da maioria. O governo eleito terá de, imediatamente, responder às pressões do capital financeiro e do imperialismo para equacionar a gigantesca dívida pública. Não há lugar para um governo nacional-reformista. Terá de ser um governo francamente pró-imperialista. As medidas de proteção ao capital financeiro e aos monopólios saqueiam o País e agravam a pobreza e a miséria das massas. Essa é a maior probabilidade. É fundamental, portanto, denunciar o caráter antidemocrático dessas eleições e sua função de constituir um governo serviçal do grande capital.

A luta pela independência da classe operária e dos demais explorados tem a particularidade, nessa situação, de preparar o enfrentamento ao novo governo burguês. O POR intervém com a bandeira de voto nulo pela construção do partido operário revolucionário, pela independência política dos explorados diante da arregimentação burguesa, pelas reivindicações que levam à luta direta contra os capitalistas e seu governo, e pela estratégia própria de poder, que se materializa na defesa do governo operário e camponês (ditadura do proletariado).

“ O governo eleito terá de, imediatamente, responder às pressões do capital financeiro e do imperialismo (...) Não há lugar para um governo nacional-reformista. Terá de ser um governo francamente pró-imperialista.

Informe sobre a Argentina



Como dissemos, desde o início, o governo de Macri é a representação direta do capital financeiro, da oligarquia latifundiária, das multinacionais. É a primeira vez que, na história da Argentina, este setor chega ao governo por meio de eleições. É a fração “civil” da última ditadura cívico-militar.

Esse é um governo fundamental para os EUA, para sua política na América Latina, uma vez que o governo Temer, no Brasil, foi produto de um golpe e se encontra totalmente desmoralizado. Desde o começo, o governo procurou fazer tratados de livre comércio com a União Europeia e ingressar na OCDE.

Macri pôde governar devido ao apoio dos governadores e deputados peronistas e da burocracia sindical que dirige a CGT. Foram eles que lhe garantiram a governabilidade.

O país em meio a uma grave crise econômica e política

A política do governo Macri foi a de atender integralmente todas as exigências do capital financeiro: eliminar o controle de preços, acabar com subsídios às empresas, aumentar as tarifas de serviços públicos e vinculá-las ao dólar, eliminar os controles dos movimentos de capitais, nenhuma restrição para remessas de dólares ao exterior, liberar as cotizações do dólar, elevadas taxas de juros reais, reforma previdenciária, abertura indiscriminada às importações, demissões massivas de trabalhadores estatais, etc. Em síntese, uma política claramente antinacional e anti-operária.

O governo recorreu a um endividamento recorde com o exterior para financiar os déficits provocados pela sua política, pagando elevadas taxas de juros em dólares, sendo as mais altas da região. O resultado dessa política foi dolarização completa da economia, taxas de inflação insuportavelmente altas e taxas de juros, que liquidaram toda possibilidade de crédito à produção e ao comércio. O fechamento de postos de trabalho e a forte perda do poder aquisitivo dos salários e aposentadorias provocaram uma profunda recessão.

Esse quadro foi agravado porque as contas do governo não fechavam e os banqueiros deixaram de emprestar dólares. Por isso, teve de recorrer ao “auxílio” do FMI, que passou a intervir diretamente nas decisões do governo, transformando-o em fantoche. O pacote de “ajuda” é dos mais importantes concedidos pelo FMI e tinha como objetivo impedir que o governo declarasse falência, garantindo o pagamento dos compromi-

tos da dívida e facilitar a fuga dos dólares dos “investidores” externos, atemorizados pela crise. Menos de três meses depois do acordo com o FMI, o governo falhou no cumprimento dos seus compromissos, provocando uma crise ainda maior. As exigências do capital financeiro são de um ajuste mais brutal da economia, para que os bancos possam cobrar todos os empréstimos.

Essa política foi acompanhada por um crescente endurecimento político, restringindo os traços da democracia burguesa às votações a cada dois anos. Os jornalistas e os meios de comunicação críticos são perseguidos, processos judiciais foram deflagrados contra altos funcionários do governo anterior, reprimiu-se violentamente a luta dos mapuches na Patagônia, crescem as ameaças e os processos contra os lutadores, chegaram a intervir no Partido Justicialista, impuseram fortes multas aos sindicalistas que não se disciplinavam, e reabriram processos judiciais contra eles. A justiça está sendo manipulada de acordo com os interesses do governo. Leis que contrariavam o governo, como a do limite às demissões e dos tarifaços, foram vetadas pelo executivo. Se a política repressiva do governo não avançou mais, é porque as massas a impediram.

A intervenção das massas

Desde o começo do governo, as massas passaram a enfrentar as demissões, a reclamar negociações coletivas, contra a perda do poder aquisitivo dos salários, contra a política de impunidade para os repressores da ditadura, pelos direitos da mulher, em repúdio ao desaparecimento de Santiago Maldonado, contra a reforma da previdência, em defesa da universidade pública, etc. Milhares ocuparam as ruas intermitentemente. Passando por cima de suas direções sindicais e políticas. A direção da CGT, comprometida com o governo, teve de convocar quatro greves gerais, impulsionadas pelas bases. Cada uma mais contundente que a anterior, levantando inclusive bandeiras contra a intervenção do FMI. A intervenção ativa das massas, com seus atos, mobilizações e greves, é um fator essencial da crise política atual. Fenômeno que inclui setores desiludidos com o governo.

É uma demonstração de que os governos podem ir para a direita, mas os movimentos de massa se orientam no sentido contrário, implodindo todos os acordos com os partidos políti-

cos e a burocracia sindical.

Em sua maioria, esses movimentos são protagonizados por setores que simpatizavam com o kirchnerismo e por setores do peronismo não-kirchneristas. Nas mobilizações e encontros, surgem programas radicalizados do nacionalismo burguês e pequeno-burguês. Um setor importante da burocracia sindical é protagonista dessas lutas, muitos deles foram sócios ou cúmplices do governo durante muito tempo. As enormes lutas de dezembro contra a reforma da previdência e trabalhista provocaram uma virada na relação com o governo, que havia ganhado amplamente as eleições de outubro de 2017.

O perigo das saídas institucionais da crise

A burguesia está preparando a substituição do governo, prevendo seu esgotamento e incapacidade para sair da crise. Uma parte prefere esperar as eleições de 2019, preparando diversas alternativas de frentes “antiMacri”. Mas, isso não impede que as negociações avancem no sentido de se montar um governo de unidade nacional – caso ocorra um abrupto desenlace – integrando peronistas no gabinete ou dando maior participação aos radicais, ou ambas as coisas.

As formas podem variar, de acordo com a magnitude da crise, que, até agora, provocou a queda de personagens fundamentais, como Aranguren, Lopetegui, Quintana, Sturzenegger e, agora, Caputo. O capital financeiro internacional pretendia a continuidade de Macri, mas suspeita que é difícil sustentá-lo. A esquerda eleitoreira, por seu lado, se soma oferecendo a alternativa burguesa de uma Assembleia Constituinte para resolver a crise, saída que também é defendida por setores do kirchnerismo.

Afirmamos, com toda clareza, que não defendemos a democracia burguesa, da qual só resta uma caricatura. Em nome da democracia se realizam os ataques mais brutais contra as condições de vida e trabalho, se aprofunda a submissão e entrega do país.

A revitalização do kirchnerismo e de um setor do peronismo opositor revela a vigência do nacionalismo burguês, que não foi derrotado. Recriam-se, assim, ilusões em saídas políticas que preservem a grande propriedade privada capitalista e seu Estado. Como eles próprios não cansam de repetir, são os “bombeiros que chegam para salvar as instituições do incêndio”. Sua derrota só pode vir da construção do partido revolucionário da classe operária, resolvendo a tarefa histórica, conquistando, assim, definitivamente, sua independência política.

A resposta da classe operária

A crescente resistência das massas expressa a necessidade de acabar com essa situação insuportável de uma vez por todas. As massas abriram caminho com seus próprios métodos de luta e a política burguesa quer desviá-las para o legalismo, para saídas institucionais.

A classe operária tem de aparecer como direção de todo esse movimento de massa, dirigindo todos os oprimidos com sua política, com seus métodos,

para não serem arrastados, mais uma vez, pela política da burguesia. A frente que se precisa construir é a Frente Única Anti-imperialista, não outra. Qual a saída política que se deve defender? A revolução social. A luta para liquidar a ditadura do capital. Para impor um governo operário e camponês (de todos os oprimidos da cidade e do campo).

A crise política exige uma resposta política. A luta contra a perda do poder aquisitivo dos salários e as aposentadorias, contra as demissões e a precarização, contra os tarifas e a redução do orçamento da saúde, educação e habitação se com-



“ *A crise política exige uma resposta política: a revolução social. A luta para liquidar a ditadura do capital. Para impor um governo operário e camponês* ”

bina com a luta para liquidar o parasitismo financeiro, por desconhecer a dívida externa e os acordos com o FMI, pela nacionalização dos bancos e do comércio exterior, pela expropriação de todo o latifúndio, pelo controle de preços, pela recuperação de todos os recursos e empresas estratégicas que foram privatizadas, etc.

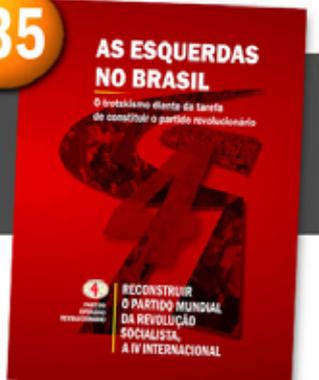
Essas medidas elementares para sair da ruína em que deixaram o país não serão tomadas por nenhum governo que defenda a grande propriedade privada capitalista. Somente a classe operária no poder poderá levar adiante as tarefas de reconstrução da economia sobre outras bases e colocadas a serviço da grande maioria. Não há nenhuma outra saída, não há outra via para emancipar a nação da opressão imperialista. Quem não coloca isso, está enganando as massas, alimentando novas ilusões, que serão novas frustrações.

Adquira com o distribuidor: R\$35

AS ESQUERDAS NO BRASIL

O Trotskismo diante da Tarefa de Construir o Partido Revolucionário

O livro desenvolve o percurso de mais de 20 anos em torno da batalha contra as várias correntes revisionistas de esquerda, como parte da luta pela elaboração do programa e da construção do partido revolucionário.



(Informe realizado sobre a base das conclusões da última Conferência do POR Boliviano. Julho de 2018)

Importantes mudanças ocorreram na situação política depois da última Conferência do Partido



1. Uma das características do processo político, depois da Conferência do Partido de 2018, é que os acontecimentos estão ocorrendo de maneira muito acelerada; trata-se do anúncio de que estamos transitando – com o inevitável fator de distorção da maré eleitoral intermediária, até dezembro de 2019 – em direção a uma etapa revolucionária, onde os explorados, ao não encontrarem respostas aos seus problemas, se verão obrigados a se chocarem contra a ordem constituída, impondo-se nas ruas com as suas ações cada vez mais desafiantes, frente a qualquer governo que não poderá atender às suas exigências. A incorporação de setores urbanos aos movimentos camponeses é uma novidade importante. Durante o segundo semestre de 2017, os movimentos camponeses estiveram no olho do furacão. A rebelião da população de Achacachi,

a resistência das nacionalidades que habitam em TIPNIS e a dura resistência dos produtores de coca da região de La Paz de Los Yungas contra a nova lei da coca, etc. ganharam, rapidamente, a adesão de amplos setores populares, que habitam nas grandes cidades do país. Foi o anúncio de algo que ocorreu quase imediatamente: o desencadeamento de uma grande mobilização popular contra o Executivo, o Parlamento e o Poder Judiciário, este último controlado pelo oficialismo de maneira discricionária, para punir os rebeldes e proteger os oficialistas corruptos.

Atualmente, quando o processo político marcha para uma situação revolucionária, as manifestações da aliança entre o campo e a cidade se constituem em uma poderosa alavanca que pode impulsionar os explorados e oprimidos a dar grandes saltos no caminho da luta contra a ordem social.

“ *Estamos transitando em direção a uma etapa revolucionária onde os explorados, ao não encontrarem respostas aos seus problemas, se verão obrigados a se chocar contra a ordem constituída, impondo-se nas ruas com as suas ações cada vez mais desafiantes, frente a qualquer governo que não poderá atender às suas exigências.* ”

A principal limitação para o desenvolvimento desse processo é a ausência política do proletariado.

O conflito médico

2. Esse conflito rapidamente se converteu em um movimento popular, mas foi dirigido politicamente por uma das camadas mais acomodadas da classe média, cujo antimasismo tem uma boa dose de racismo e anticomunismo. Levantaram a bandeira de “defesa da democracia” (isto é, “burguesa”) diante da ditadura masista, que foi comparada com Cuba e Venezuela. O movimento rapidamente conseguiu arrastar atrás de si outros setores sociais da população. O objetivo inicial de revogação de certos artigos, questionados rapidamente, se transformou na consigna de “revogação total do Código ou nada”.

Foram realizadas impressionantes mobilizações em todo o país. Os explorados encontram na mobilização um canal para expressar a sua fúria contra um governo abusivo, autoritário e corrupto.

A Coordenação Nacional em Defesa das Liberdades Democráticas foi uma direção criada pelas massas mobilizadas (no seu interior os poristas se opuseram à consigna pequeno-burguesa de “defesa da democracia” com a consigna de “defesa das liberdades democráticas”, a ser conquistadas pelas massas exploradas).

Evo Morales surpreendeu a todos quando, no meio da manhã do dia 21 de janeiro, anunciou ao país, através de um meio de comunicação estatal, a decisão de enviar uma carta à Assembleia Plurinacional pedindo que revogasse o Código do Sistema Penal. Argumentou que tomou essa decisão para impedir que a direita continuasse se aproveitando da mobilização com a finalidade de desestabilizar política-

mente o governo.

Não resta dúvida de que se tratou de uma grande vitória política, ainda que os seus objetivos não tivessem ido mais além dos limites meramente legais. Também é certo que nessa mobilização se encontravam as tendências mais variadas, que vão, desde aquelas que se manifestaram como francamente reacionárias e racistas (Santa Cruz), até aquelas outras onde reapareceu a forte pressão da política revolucionária, que o proletariado exerceu no passado, com o programa das Teses de Pulacayo, fato que se expressa na influência do magistério encabeçado pelas direções trotskistas de La Paz, Chuquisaca e Cochabamba.

Esses acontecimentos estão mostrando que o proletariado, ainda ausente politicamente, porque não conseguiu se recuperar de sua derrota dos anos 1980, está ausente dos acontecimentos que estão sacudindo o país; somente está a presença física e programática do POR que, apesar de sua debilidade orgânica, deixa sua marca nas lutas de outras classes oprimidas no país. Nisso reside o que Guillermo Lora expressava, em muitos de seus escritos, quando apontava que a Bolívia era um país trotskizado, e essa é a matéria-prima para que, muito em breve, o proletariado, quando retorne à sua tradição revolucionária, possa aparecer nesse cenário como a direção revolucionária indiscutível das massas mobilizadas, em busca da resolução de seus problemas e necessidades concretas.

As Coordenações

3. Na medida em que a mobilização das massas se amplia e incorpora novos setores ao combate, surge para os combatentes a necessidade de criar organizações mais amplas, que permitam coordenar as ações de luta e resistência. Essas organizações, no geral, têm uma vida efêmera, duram enquanto o conflito que lhes deu origem siga vigente. Resolvido o problema e com o recuo da mobilização das massas, esses organismos deixam de ter vigência e desaparecem, ou ficam reduzidos a siglas sem autoridade real diante das massas, usadas por alguns personagens ou grupos políticos para seus fins particulares. Sobre o surgimento, desenvolvimento e desaparecimento desse tipo de organismo, o Partido tem uma ampla experiência: Comitês de Greve, Comitês de base, Comitês de mobilização, Coordenações, etc. Mas, como a experiência ensina, geralmente, esses organismos de massa não chegam a converter-se em órgãos de poder. Para que isso ocorra, são necessárias várias circunstâncias, que não se limitam à unificação em torno de uma determinada reivindicação.

Para que qualquer desses organismos, criados pelas massas, se tornem revolucionários, depende da política de sua direção. Os órgãos de poder têm determinados traços que os distinguem de qualquer outra organização criada pelas massas, o mais importante de todos, e daí deriva a denominação “órgão de poder”, é que atuem como governo local, regional e/ou nacional, estabelecendo um conflito de dualidade de poderes com o governo oficial, que perdeu, ou vai perdendo, toda a autoridade diante das massas, e se mostra incapaz de impor o respeito à ordem estabelecida e às leis burguesas. As massas, por meio do órgão de poder, impõem

sua vontade, ditam sua própria norma, fazem sua lei. O órgão de poder se converte na autoridade indiscutível para as massas, que deliberam e executam as suas determinações. O velho poder se vê reduzido à impotência, nada pode fazer, e vai perdendo a sua capacidade coercitiva. Executar a repressão sobre as massas incontroladas passa a ter um alto custo, na medida em que a pressão da luta de classes vai penetrando no interior dos organismos locais da polícia e do exército, que tendem à insubordinação e à divisão. O período de dualidade de poderes, inaugurado pelo surgimento dos órgãos de poder das massas, é um período de grande instabilidade política, breve e efêmero por natureza. Não pode persistir por muito tempo, o conflito deve se resolver em favor de algum dos lados, seja mediante a insurreição e o assalto físico ao poder por parte das massas, ou pela via das concessões feitas pelo Estado burguês às massas com a finalidade de preservar a ordem social burguesa, ou pelo massacre, afogando em sangue a rebelião dos explorados. Nada disso ocorreu com as Coordenações da recente mobilização contra o código penal. O propósito dos mobilizados não apontava para a tomada do poder pela via insurrecional, nem, muito menos, por acabar com a ordem social estabelecida. O que as massas exigiam se limitou à “revogação” do Código Penal. Obtendo o resultado, a mobilização diminuiu e as coordenações foram se diluindo.

O conflito de Incahuasi

4. O conflito em torno do campo de gás de Incahuasi, como todos os seus contornos, é uma manifestação do choque entre a nação oprimida e o imperialismo, em torno do destino dos excedentes derivados da exploração do hidrocarboneto e dos recursos naturais do país. O campo de gás Incahuasi, que é causa do conflito entre os departamentos de Chuquisaca e Santa Cruz, pelos royalties de 11%, na verdade, pertence 90% às transnacionais. A transnacional francesa TOTAL tem 50% das ações, a russa GAZPROM tem 20%, outros 20% da ítalo-argentina TECPETROL e somente 10% da subsidiária YPFB-Chaco. A TOTAL é a operadora, isto é, a que controla a produção.

A atitude do governo não se reduz a uma questão de puro ou simples cálculo eleitoral, mas, sim, que estamos diante de um governo servil às transnacionais imperialistas, que orienta todos os seus passos buscando facilitar o saque das distintas regiões, em benefício do capital financeiro imperialista e da burguesia nativa (comercial e intermediária), que vive das migalhas deixadas pela exploração imperialista do país. Tudo isso dá uma ideia do fracasso do chamado “processo de mudança”, onde, apesar do auge econômico do período passado, este não serviu para transformar a classe dominante boliviana em uma poderosa burguesia nacional, com capacidade de explorar os recursos naturais do país em seu próprio benefício. As teses programáticas do POR, de que não há lugar para o desenvolvimento de uma poderosa burguesia nacional nas condições do capitalismo decadente em sua fase imperialista, foram plenamente confirmadas.

A paralisação cívica, com bloqueio total da cidade, se manteve firme por mais de duas semanas. O Comitê Cívico se constituiu na única autoridade local, reconhecida pelo

conjunto da população. As determinações da Assembleia de Instituições tinham força de Lei para as massas, que se centralizaram disciplinadamente. Na prática, o Comitê Cívico se constituiu no governo do Departamento. Este sim foi um verdadeiro órgão de poder local das massas radicalizadas enquanto durou o conflito. Não é casual o fato de que, na direção do Comitê, esteve um camarada, trotskista, colocado em tal situação pelas massas, conscientes de sua militância, que o veem como uma garantia de firmeza e consequência. A nação oprimida se orienta a enfrentar o imperialismo e seu governo servil, unificando-se por trás da política revolucionária do proletariado (trotskismo).



“ O POR tem a obrigação de percorrer o caminho já traçado desde as Teses de Pulacayo. Esse é o único caminho para tirar o país de seu atraso, de sua submissão ao imperialismo.

O desmoronamento do MAS e de Evo Morales

5. É fato que o MAS se esgotou politicamente. Temos apontado que o fenômeno Evo foi o resultado, por um lado, do esgotamento político dos partidos burgueses e, por outro, da ausência política, e inclusive física, da classe operária nas lutas e mobilizações dos explorados, na última época. Nessa circunstância, as massas insurgentes inventaram um Evo revolucionário, na ilusão de que esse indígena camponês, somente por isso, era expressão dos interesses e anseios dos explorados e das nações indígenas oprimidas ancestralmente e socialmente discriminadas.

Agora, os explorados e oprimidos já não creem mais em Evo e no MAS, e muito menos nos politiquinhos da velha direita. Fica suspenso no ar: Então em quem acreditar? Qual é a saída?

O POR, nessa situação de rebelião popular contra o governo, tem a obrigação, sem nenhum temor, de percorrer o caminho já traçado desde as Teses de Pulacayo. Esse é o único caminho para tirar o país de seu atraso, de sua submissão ao imperialismo. É o único caminho para resolver a miséria da maioria explorada e oprimida. Isso por que é o caminho da revolução social, dirigida pela política proletária consistente, que constituirá um governo operário e camponês e de todos os explorados. A revolução estabelecerá as bases do socialismo, que se materializa na propriedade social dos grandes meios de produção.

Perspectivas da luta popular

6. As massas em geral, depois de suas sacrificadas mobilizações, retornam à sua realidade cotidiana, e comprovam que os seus problemas fundamentais não foram resolvidos. Os impostos continuam castigando os seus miseráveis ganhos. Os salários diminuem mais e mais, diante da elevação dos preços dos alimentos. Os serviços de saúde e educação continuam sendo ruins e sucateados. Continua a ameaça do fantasma do desemprego, devido ao fechamento de muitas empresas, etc.

Na medida em que se torne mais urgente resolver os problemas cotidianos das massas, estas voltarão a novas arremetidas contra o governo. Lamentavelmente, grande parte de suas direções naturais (a COB, as federações nacionais e departamentais, as CODES, etc.) têm sido controladas pelo oficialismo. Devido a essa realidade, os combatentes se veem obrigados a continuar criando, desde suas entranhas, novas formas de direção, como as coordenações e os pactos intersindicais.

A atual capitulação dos dirigentes da COB diante do governo nas negociações do miserável aumento dos soldos e salários impulsionou grandes setores do movimento operário, como os fabris de Santa Cruz, a tomarem as ruas, para expressar o seu repúdio ao governo e aos seus próprios dirigentes traidores. O aumento da miséria, como consequência da agudização da crise econômica e da política do governo voltada a descarregar sobre as costas dos oprimidos e explorados todo o peso dessa crise, deixa as portas abertas às grandes mobilizações, ainda no período eleitoral, até dezembro de 2019.

7. Nos últimos anos, o governo se esforçou em mostrar ao mundo e aos explorados do país que é forte e capaz de garantir estabilidade social e segurança jurídica, para que as transnacionais imperialistas e as empresas privadas nacionais possam investir com confiança em projetos produtivos. Esforçou-se em percorrer todos os continentes do planeta, oferecendo em leilões os recursos naturais e importantes incentivos, pretendendo mudar a sua imagem de “socialista”, expropriador e inimigo da propriedade privada. Teorizou sobre a economia plural, que respeita todas as formas de propriedade, coexistindo pacífica e harmonicamente. Incorporou em seu discurso a falácia de que as transnacionais trabalham como “sócias do Estado Plurinacional”.

Como consequência da aplicação dessa política inflexível, surgiu, no ambiente social, a ideia equivocada de que esse é um governo forte e inflexível. No entanto, subterraneamente, gestou-se um mal-estar social. Diferentes setores, pressionados pela miséria, foram acumulando seu ódio ao governo opressor e extremamente corrupto. A decisão do Tribunal Constitucional de autorizar a reeleição de Evo Morales, como candidato nas eleições de 2019, desconsiderando o resultado do referendo de 21 de fevereiro de 2016, acentuou o repúdio popular.

Podemos apontar que, sem temor de nos equivocarmos, as massas, mais cedo ou mais tarde, antes ou depois das eleições para as quais tentam arrastá-las, voltarão a se levantar.